



CÂMARA DOS DEPUTADOS - CEDI
Coordenação de Arquivo – Coarq
Assessores de Caramujo – História Oral da Constituinte 1987-1988
E011

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Depoimento nº: 011/17	Data: 20/10/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 3h08min

COLABORADOR

MOZART VIANNA DE PAIVA – Supervisor do grupo de apoio aos trabalhos da Constituinte

SUMÁRIO

Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.

Tópicos

I. Percurso profissional

1. Origens; 2. Primeiros anos em Brasília; 3. O início na Câmara; 4. Secretário de Comissão; 5. O curso de Letras; 6. A nomeação para Secretário-Geral da Mesa; 7. Os conhecimentos de um Secretário-Geral da Mesa; 8. A importância do conhecimento do Regimento; 9. A longevidade no cargo de Secretário-Geral da Mesa; 10. A formação da equipe da Secretaria-Geral da Mesa; 11. A atuação do Secretário-Geral da Mesa; 12. Os presidentes em 24 anos de SGM; 13. O trabalho no gabinete do Senador Aécio Neves e nas Organizações Globo; 14. O trabalho atual; 15. A evolução técnica e o corpo funcional da Câmara; 16. Quatro décadas de Câmara: uma avaliação.

II. A elaboração política da Constituinte

17. O cenário político da convocação da Constituinte; 18. Os “nós” da Constituinte; 19. O surgimento do Centrão; 20. O Regimento e os acordos de procedimento; 21. A solução da medida provisória; 22. A participação popular na Constituinte; 23. Os grupos de pressão na Constituinte; 24. A mídia e a Constituinte; 25. As alterações últimas do texto constitucional e o exemplo da Ficha Limpa; 26. A figura de Ulysses Guimarães.

III. A elaboração administrativa da Constituinte

27. O convite para supervisionar o Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte; 28. A montagem do Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte; 29. A seleção dos secretários de comissão; 30. A preparação dos servidores; 31. O trabalho na comissão do regimento; 32. A divisão dos trabalhos na SGM; 33. O ritmo de trabalho na Constituinte; 34. O trabalho do Senado Federal; 35. A atuação do Secretário-Geral Paulo Afonso Martins de Oliveira; 36. Os convidados nas comissões e os assessores externos; 37. A recepção das sugestões populares; 38. As planilhas de votação; 39. A supervisão do Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte; 40. A dedicação ao trabalho na Constituinte; 41. A Câmara ontem e hoje.

I. Percurso profissional

1. Origens



Nasci em Corinto¹, mas com 10 anos de idade - era coroinha na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Corinto - fui para o seminário franciscano², porque queria ser padre. Fiquei dos 10 aos 18 anos internado no seminário franciscano em Santos Dumont, no meio da Serra da Mantiqueira, no Sul de Minas. Depois um ou dois anos em São João del Rei, Minas Gerais. Só ia para casa em final de ano, e lá ficava de 10 a 15 dias, época das festas. No mais, passava o ano internado no seminário franciscano. Saí do seminário porque precisei ajudar a família. Eu tinha vocação, queria ser padre, sim; não saí por falta de vocação. Deixei o seminário e vim enfrentar a luta. Fui para Belo Horizonte, com meu irmão; trabalhamos lá um tempo. Trabalhei numa gráfica como contínuo. Andava em Belo Horizonte o dia inteiro. Ganhava salário mínimo — tanto eu como meu irmão —, que não era suficiente.

2. Primeiros anos em Brasília

Estávamos em busca de uma oportunidade melhor, um ganho melhor, um salário melhor. Um dia, vi num jornal um anúncio em que se procurava contador para um emprego em Brasília. Meu irmão era contador. Eu coloquei fogo no meu irmão para ele vir para Brasília. Ele veio, e eu vim junto para cá. Chegando aqui, enquanto esperava melhor oportunidade, trabalhei numa empresa que passava sinteco e fazia reforma de casas. Aí surgiu a chance de trabalhar no Ministério da Agricultura. Trabalhei um tempo no Ministério da Agricultura³ e depois fiz o concurso para a Câmara.

3. O início na Câmara

Eu trabalhava no Ministério da Agricultura, e o primeiro concurso que fiz para a Câmara foi para a função de Assistente Legislativo — para trabalhar na Biblioteca da Câmara —, mas fiquei abaixo das vagas. Enquanto isso, surgiu um concurso para datilógrafo aqui na Câmara. Fiz o curso para datilógrafo nas antigas máquinas de escrever e passei.

Entre aqui em julho, como datilógrafo, mas, para minha sorte, apareceram mais vagas no próprio setor de material e patrimônio e fui chamado para o quadro permanente da Câmara. Então, assumi, a partir de setembro, a função de Assistente Legislativo⁴.

Quando assumi no setor de material e patrimônio, havia a seção de controle. A Dona Maria Dulce⁵ era a diretora e o Dr. João Ribeiro⁶ era o chefe, pessoas fantásticas. Havia um setor que cuidava do protocolo, que assumi, e havia um setor que cuidava dos pagamentos das empresas que

¹ Município da região central do estado de Minas Gerais.

Gerais.<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/corinto/panorama>>

² O Seminário Seráfico Santo Antônio, localizado na Rod. BR 499 - Km 01, s/n Bairro Santo Antônio cidade de Santos Dumont, em Minas Gerais, fundado pelos freis franciscanos da Ordem dos Frades Menores – OFM, pertence à Província Franciscana de Santa Cruz que compreende o estado de Minas Gerais e Sul da Bahia. <<http://pastoralvocacionalfranciscana.blogspot.com.br/>>

³ De 1970 a 1975.

⁴ 28 de setembro 1976.

⁵ Dulce Maria Azeredo Arneitz

⁶ João Ribeiro da Silva Sobrinho



tinham contrato com a Câmara e tudo mais. Trabalhei nesses dois setores por um bom período. Fiquei lá de 1975 até 1982 ou 1983⁷.

4. Secretário de Comissão

Formei em Letras⁸. Aqui na Câmara, hoje, há o CEFOR — Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Naquela época, chamava-se Coordenação de Seleção e Treinamento. Nessa Coordenação, eles me convidaram para dar cursos na Câmara. Dei cursos de Língua Portuguesa. A Câmara, por um período, teve um convênio com a Fundação Educacional para o supletivo. Dei aula nesse supletivo aqui também.

A então Comissão de Redação da Câmara cuidava da redação final dos projetos. Além de saber colocar as matérias aprovadas, acoplar e montar os textos legais, havia a parte de português também. Um texto legal tem que estar correto também do ponto de vista da Língua Portuguesa. Hoje isso é feito na Comissão de Justiça. Naquela época, havia uma Comissão de Redação só para isso. Havia uma Comissão de Parlamentares, com Presidente e Vice-Presidente e Deputados Relatores. As matérias eram aprovadas no plenário e encaminhadas para a redação final nessa Comissão.

Quando o Deputado Daso Coimbra⁹ assumiu a Presidência, a antiga secretária se aposentou. Ele buscou alguém com formação na área de Língua Portuguesa, que era a minha formação. Ficou sabendo que eu dava aula nos cursos da Câmara e me convidou. Saí da área administrativa, onde trabalhei com muito prazer. Era um grupo de trabalho muito competente, dedicado. Gostei muito de trabalhar lá. Mas aquele era um novo desafio na minha área de formação. Então, fui ser Secretário da Comissão de Redação.

5. O curso de Letras

No seminário, nós estudamos muito a Língua Portuguesa, estudamos o Latim, que dá uma excelente base para compreender a Língua Portuguesa. Eu tinha formação na área. Como precisava trabalhar, tinha que fazer faculdade à noite. Hoje as faculdades particulares oferecem mais cursos à noite, Engenharia, etc. Naquela época, era mais a UnB, que tinha cursos durante o dia, e eu precisava trabalhar. Entre os cursos que eram ministrados à noite, como Sociologia e Letras, preferi o de Letras, por dois motivos: pela minha formação e também pela possibilidade de um ganho a mais, como professor.

Minha ideia era lecionar pela Fundação Educacional do Distrito Federal. Tinha vontade de lecionar nas escolas de Brasília, tanto é que fiz concurso e, uns dois ou três anos, mesmo trabalhando na Câmara, dei aula pela Fundação Educacional como professor de Língua Portuguesa.

⁷ Até 1984.

⁸ Uniceub, 1976.

⁹ Daso de Oliveira Coimbra (1926-2007). Deputado Federal, 1963-1967, RJ, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, RJ, ARENA; Deputado Federal, 1971-1975, RJ, ARENA; Deputado Federal, 1975-1979, RJ, ARENA; Deputado Federal, 1979-1983, RJ, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, RJ, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RJ, PMDB.



Saía da Câmara à noite, correndo. Dei aula na Ceilândia foi um tempo muito bom. Dei aula também no CEUB¹⁰ de Língua Portuguesa, no curso de Letras e em cursos de pós-graduação. Fui convidado.

6. A nomeação para Secretário-Geral da Mesa.

Durante a Constituinte, naquela loucura toda, surgiu a oportunidade de um concurso para a Consultoria Legislativa, na área de redação, responsável por elaborar discursos, pronunciamentos, projetos e tudo mais, enfim, ajudava a Comissão de Redação na elaboração dos projetos, etc. Passei nesse concurso¹¹ e fui chamado, só que eu estava na Secretaria-Geral da Mesa assessorando o Secretário-Geral. Então, não deu tempo de ir para lá.

Quando terminou a Constituinte, deveria ter voltado. Cheguei a ter um gabinete lá. Mas, quando acabou a Constituinte, o Dr. Paulo Afonso¹², que era Secretário-Geral, que fez um trabalho magnífico como Secretário-Geral da Constituinte, da Câmara como um todo — ele veio lá de trás —, foi ser Ministro do Tribunal de Contas da União. Ele saiu para ser Ministro.

O Dr. Ulysses¹³ convidou o Dr. Hélio Dutra, que era Chefe de Gabinete da Presidência, para ser o novo Secretário-Geral. Ele foi também Diretor da Diretoria Legislativa, conhecia o trabalho da gente, então a gente se dava muito bem. Ele falou assim: *“Mozart, eu fui chamado pelo Dr. Ulysses e o Dr. Paes de Andrade¹⁴ para ser o novo Secretário-Geral. Eu queria que você ficasse comigo na Secretaria-Geral da Mesa”*. Fiquei com ele na Secretaria da Mesa. Embora consultor, preparava as votações, preparava as sessões. Todo o trabalho da Secretaria eu passei a coordenar para o Dr. Hélio Dutra, então Secretário-Geral, esse trabalho pós-Constituinte.

Todavia, eu o substituí muito poucas vezes, porque, durante o período de votação, o Secretário-Geral tinha que estar lá. Não havia como não estar. Eu o substituí mais em período de férias, mas aquele dia a dia de preparar as votações, preparar as matérias para ir para publicação, mais o aprendizado que já possuía da Comissão, foi me preparando para o posto que assumiria depois. Cheguei ao ponto de dominar bem os trabalhos de plenário, das sessões plenárias, de

¹⁰ Inaugurado como Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), em 1968, tornou-se o primeiro centro universitário da região na década de 1990 e passou a se chamar Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). <<https://www.uniceub.br/institucional/a-instituicao.aspx>>

¹¹ Assessor legislativo – área 12.

¹² Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).

¹³ Ulysses Silveira Magalhães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB.

¹⁴ Antonio Paes de Andrade (1927-2015). Deputado Federal, 1963-1967, CE, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, CE, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, CE, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, CE, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, CE, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, CE, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, CE, PMDB; Deputado Federal, 1995-1999, CE, PMDB.



organização de uma sessão plenária, porque os membros de Poder são os Parlamentares. Nós somos funcionários, somos servidores.

O trabalho de servidor, de funcionário, de apoio, eu dominava bem naquele momento. O Dr. Hélio Dutra se aposentou ao final do mandato do Deputado Paes de Andrade e, em 1991, o Deputado Ibsen Pinheiro¹⁵ foi eleito Presidente da Câmara. Ele me chamou um dia e me convidou para ocupar o lugar do Hélio Dutra, que já tinha se aposentado por vontade própria. Foi decisão dele se aposentar. Como precisava de um novo secretário, o Deputado Ibsen me convidou para fazer esse trabalho.

Há um detalhe interessante, um fato curioso. Eu lembro, não me esqueço nunca da conversa que tivemos nesse dia. O Presidente Ibsen falou: *“Mozart, eu fui Líder do PMDB, mas você não trabalhou comigo diretamente. Eu não conheço o seu trabalho de perto nem você conhece o meu trabalho. Vamos fazer um contrato. Eu vou te convidar, mas vou te efetivar só depois de um mês. Ao final de um mês, se não gostar de mim, da minha forma de trabalhar, você tem todo o direito de falar ‘Ibsen, não quero ficar com você, não’. Mas, de minha parte também, ao final de um mês, se entender que você não é a pessoa adequada para o trabalho, eu também vou dizer ‘Mozart, vou ter que arranjar outra pessoa’”*. Eu falei: *“Tranquilo, Presidente, nenhum problema”*. O curioso é que, depois de 15 dias, ele me chamou: *“Mozart, eu queria antecipar. Queria confirmar desde já. Tudo bem? Pode ser?”* Eu falei: *“Tudo bem, Presidente, vamos nessa, vamos nessa!”*. Eu fui efetivado, assumi a Secretaria-Geral da Mesa, como Secretário-Geral, em 1991.

7. Os conhecimentos de um Secretário-Geral da Mesa

Seguramente, quem chega a ser Secretário-Geral, antes de chegar lá, já domina bastante o Regimento. Eu o dominava pelo fato justamente de fazer redação final, trabalhar o processo legislativo, ouvir as sessões. Mas nunca me iludi. A pessoa perguntava: *“Você sabe tudo?”* Não, eu não sei tudo, porque há decisões a serem tomadas, questões novas, questões interpretativas que dependem da análise e do alcance da letra do Regimento e da parte constitucional. Eu tinha comigo uma coisa, no meu radar: a minha visão é institucional, tenho que zelar pela instituição; em primeiro lugar, o Congresso Nacional e, dentro do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados. Eu tenho que zelar pela instituição, tenho que ajudar os membros de Poder, que são os Parlamentares, a desempenhar bem seu trabalho, para que a Câmara, que representa o povo brasileiro, possa executar um bom trabalho. Eu tenho essa imensa responsabilidade.

Para responder a qualquer questionamento que surja, você vai sempre ter um norte, você vai estudar — *“Olha, tem que ser por aqui, Presidente”* ou, então, *“o certo é isso”*. Essa é a prova de que a gente não sabe tudo: é muito importante, no trabalho de Secretário-Geral, estar muito antenado. O que quer dizer “antenado”? Estar acompanhando de perto. Quando eu chegava aqui de manhã, já tinha lido, dado uma olhada nos três principais jornais; eu recebia em casa o resumo e às vezes uma

¹⁵ Ibsen Valls Pinheiro. Deputado Federal, 1983-1987, RS, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RS, PMDB; Deputado Federal, 1991-1994, RS, PMDB; Deputado Federal, 2007-2011, RS, PMDB.



questão surgia lá — *“Opa, essa questão vai surgir. Essa questão pode ser levantada”*. Então já examinava.

Vou contar um fato interessante. O Deputado José Genoíno era Líder do PT e um dia li uma matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*, num sábado, em que ele abordava uma questão que envolvia as sessões da Câmara, o Regimento e tal. Na segunda-feira, ao chegar aqui, chamei o pessoal da Jurídica¹⁶ e falei: *“Veja essa matéria aqui. Eu acho que isso pode gerar dúvida. Qual seria a solução para isso?”* Preparamos um estudo sobre aquela questão. Na terça-feira, não deu outra! O Deputado Genoíno foi ao microfone — *“Presidente, uma questão de ordem”*. A questão de ordem traz dúvidas sobre o Regimento. Ele levantou exatamente aquela questão. Passei para o Presidente aquela decisão, o Presidente concordou e decidiu naquela linha. O Deputado Genoíno foi à Mesa e perguntou: *“Como é que vocês ficaram sabendo que eu ia levantar isso? Quem falou para vocês?”* Eu falei: *“Deputado, foi o Estadão de sábado, eu vi essa questão lá”*.

Estou dando esse exemplo para mostrar que nenhum Secretário-Geral sabe tudo, até porque surgem questões novas, questões interpretativas. Mas, na medida do possível, dado o que está escrito, o que está no Regimento, o que está na Constituição, o Secretário-Geral deve dominar o máximo possível aqueles dispositivos, aquelas interpretações, o que prevê tal dispositivo, porque aquilo pode surgir. Como o processo aqui é muito dinâmico, é aberto e acontece em sessão, às vezes nem sempre dá para se preparar. Surge a dúvida na hora. O mínimo que se presume de um Secretário-Geral é que ele tenha, como base, um domínio razoável, efetivo, de bom alcance do Regimento Interno.

Aqui, no processo legislativo, é muito importante antever os fatos, isso é fundamental. O que acontece? Você vai para o plenário. Ali tem a Situação, a Oposição, interesses de vários partidos. Então, uma simples hesitação pode parecer que você está tomando lado ou que você não conhece o assunto. Então, quanto mais antecipar, melhor. No trabalho da Câmara, como Secretário-Geral, eu tentava antever o que podia ser questionado. Vai entrar tal projeto amanhã. O que pode estar sujeito a questionamento? O que pode ser questionado? Lia nos jornais, via se podia pegar alguma deixa, alguma dica, entendeu? Isso é fundamental, como também é fundamental o contato com os jornalistas, que me ajudavam muito, porque eles andavam atrás da notícia. E, fatalmente, muita coisa que virava notícia era algo que poderia ser questionado.

Dessa forma, o Secretário-Geral pode partir para ajudar o Presidente a resolver uma questão regimental, uma dúvida regimental, mostrando o Regimento, mostrando claramente que o Regimento diz isso, isso, isso, no artigo tal — tem que ser assim. Eventualmente, se o Regimento não for claro ou surgir interpretação com base no Regimento, permite-se partir para uma interpretação ou buscar na Constituição. Isso também é possível. Mas a pessoa tem que ter uma base mínima de

¹⁶ Assessoria Técnico-Jurídica. À Assessoria Técnico-Jurídica compete prestar assessoramento ao Secretário-Geral em matéria jurídica e regimental; emitir pareceres e proceder a estudos sobre questões jurídico-regimentais relativas aos trabalhos legislativos; proceder ao exame, organização e preparação de matérias da Ordem do Dia.



conhecimento. No processo legislativo, na política, na questão política, aqui, convive a parte técnica e jurídica com a parte política. A parte política tem que respeitar as normas legais. Mas às vezes as normas legais não são claras, às vezes elas geram dúvidas. Aí cabe a interpretação. A interpretação que nós fazíamos sempre visava ao bem da instituição, do Poder Legislativo, da Câmara dos Deputados.

8. A importância do conhecimento do Regimento

Por que é fundamental o Regimento? Porque aqui não é, por exemplo, o Judiciário. Num Tribunal, como o Supremo, todos trabalham na mesma direção para resolver uma causa. Mas são todos. Ali não há oposição e situação. Se você trabalha no Executivo, no Governo, num Ministério, todos se esforçam na mesma direção. Todos se esforçam. Aqui, não. O que acontece aqui? Você trabalha com largo espectro partidário. São quase 30 partidos. E você trabalha com oposição e com situação. Fatalmente, há divergências.

Às vezes, a oposição entende que a interpretação de tal artigo regimental prevê isso e isso, e alguém da situação entende diferente: *“Não, o que esse artigo prevê é isso; não é o que você está pensando”*. Então, cabe ao Presidente da Câmara, assessorado pela Secretaria-Geral da Mesa, dar a interpretação mais razoável ou mais correta. Por isso, o secretário-geral tem que ser um bom regimentalista, para ter base para ajudar o Presidente. Esse é outro detalhe importante: não pensem que o Presidente da Câmara não sabe nada ou que depende do Secretário-Geral para tudo. Não, quem chega a Presidente da Câmara não é nenhum bobo. Chega ali com ampla sabedoria. Já está há um bom tempo na Casa, domina os procedimentos. Já foi Líder eventualmente. Logo, domina os procedimentos, já domina bem o Regimento, domina bem a Constituição. Nem sempre ele precisa do Secretário-Geral para tomar as suas decisões.

O Regimento basicamente regula a atividade-fim do Congresso. Qual é a atividade-fim do Congresso? É a de legislar. É uma atividade importantíssima: fazer as leis, tomar as decisões. Por isso quem quiser trabalhar aqui tem que dominar Regimento. Imagine alguém que vá trabalhar no Judiciário sem dominar a atividade-fim, a legislação da atividade-fim! Ou alguém que vá trabalhar no Tribunal de Contas e não domine auditoria, sistema de auditoria, a atividade-fim do próprio Tribunal! Como aqui a atividade-fim é votar as medidas importantes para o País, é necessário conhecer o Regimento. Pode ser que um servidor na área administrativa use pouco o Regimento, mas eventualmente poderá vir a trabalhar aqui. Sem falar que o próprio Regimento, em alguns pontos, diz respeito também à parte administrativa, a procedimentos administrativos. Ou seja, para mim, o que é fundamental para trabalhar aqui, mais até do que a língua portuguesa, é: Regimento e Constituição Federal.



9. A longevidade no cargo de Secretário-Geral da Mesa¹⁷

A cada Presidente que assumia, eu o deixava à vontade. Falava: *“Presidente, fique à vontade. Se o senhor tiver alguma outra pessoa, pode colocar no meu lugar. Não estou falando isso pró-forma, não. Compreendo perfeitamente. De repente, o senhor pode ter alguém de seu conhecimento em quem confia mais. Encaro isso com a maior naturalidade. Se o senhor tiver, não há nenhum problema. Pode colocar”*.

Por que o Secretário-Geral é mantido? O primeiro ponto é essa visão institucional. Há também a visão da isenção, da total imparcialidade. Se você fez um bom trabalho, quando um Presidente novo está assumindo, a tendência é ele querer alguém que continue.

Eu quero deixar registrado aqui que o Secretário-Geral não é mantido só por esse bom trabalho; ele é mantido por um grupo, por uma equipe funcional, por uma equipe de servidores da Casa, não só da Secretaria-Geral. É impossível trabalhar como Secretário-Geral sozinho ali. É impossível! O que consegui nesses anos todos foi graças ao trabalho de uma equipe dedicada, de gente com vontade, interessada em tudo, na mesma direção, interessada no Regimento, na Constituição Federal e com a visão institucional da importância do Poder Legislativo.

Na minha visão, não existe democracia plena sem o Poder Legislativo funcionando livremente. O Poder Legislativo também tem problemas, como qualquer instituição. Qualquer Poder tem problemas. Aqui também há. Mas, sem o Poder Legislativo, não existe democracia.

Uma vez eu dei uma palestra e as pessoas começaram a apontar problemas. Eu falei assim com o pessoal: *“Que interessante! Na hora em que um projeto de interesse de vocês chega à Câmara, o acesso é fácil”*. Onde é que a pessoa consegue acesso fácil? Consegue acesso fácil no Executivo para elaborar lei? Nem tanto. Mas no Legislativo tem acesso ao Relator, tem acesso aos Parlamentares, tem acesso aos Líderes. Muitas coisas, muitas emendas, muitas sugestões o Parlamentar coloca ouvindo as pessoas, ouvindo os segmentos interessados, como ocorreu na Constituinte. A nossa Constituição tem n dispositivos a partir de sugestões populares acatadas, aceitas.

Enfim, o Mozart ficou tantos anos como Secretário-Geral, mas foi pela equipe funcional da Câmara como um todo, não só da Secretaria-Geral da Mesa, que trabalhou todos esses anos de maneira eficiente, que correspondeu à expectativa dos membros de Poder.

Por exemplo, o trabalho do Centro de Documentação e Informação, da biblioteca, é superimportante para a atuação legislativa — o trabalho de pesquisa, de achar textos, etc. Ora, para se fazer uma lei, quantas vezes se recorre ao arquivo para buscar os textos legais? Nós tínhamos um colega de vocês lá, o Dilsson¹⁸, que fez um trabalho na Constituinte. Ele mapeou todos os dispositivos da Constituinte — a origem, as emendas, as subemendas. Isso é extremamente útil. Na

¹⁷ Mozart Vianna atuou como Secretário da SGM por 24 anos, assessorando 12 Presidentes. Ao todo, trabalhou 40 anos na Câmara dos Deputados.

¹⁸ Dilsson Emilio Brusco.



hora de regulamentar um dispositivo constitucional, esse trabalho é extremamente útil para saber de onde veio, quais foram as emendas, quais foram as sugestões. Esse trabalho é fantástico¹⁹.

Esse conjunto é que faz a Câmara ser, às vezes, um pouco conservadora em relação a manter as pessoas nos seus cargos, porque elas correspondem. Eu insisto, mais uma vez, interpreto assim: fiquei porque tinha a preocupação de fazer um trabalho correto, um trabalho eficiente, que correspondesse à expectativa, não podia falhar, e, com essa visão, tinha comigo os meus colegas da Secretaria-Geral da Mesa, os meus colegas de toda a Casa, todo mundo antenado, interessado em fazer um bom trabalho.

10. A formação da equipe da Secretaria-Geral da Mesa

A equipe muda com o tempo pelo fato de muitos se aposentarem, as idades serem diferentes. Mas eu me lembro de que, por exemplo, trouxe muita gente do Centro de Documentação e Informação. A diretora do Decom²⁰ era bibliotecária, a Laura²¹, que fora antes escolhida pelo constituinte Afonso Arinos para ser a Secretária da Comissão de Sistematização. A Talita²², que era da biblioteca também, trabalhou aqui. Eu buscava na área administrativa pessoas que a gente sabia que estavam fazendo um bom trabalho, que se destacavam, ou por conhecimento de alguém. Às vezes alguém sugeria: *“Olha, a pessoa é muito boa”*. Assim, trabalhei com a Maria Júlia²³, a Tereza Cristina²⁴, a Cláudia Marisa²⁵, o Carlos Nery²⁶, o Fernando Sabóia²⁷, Márcia Lina²⁸, Christina Araripe²⁹ e muitos outros, já que não tenho como citar todos aqui.

Também a Consultoria Legislativa tinha pessoas altamente competentes, de alta sabedoria, de alto conhecimento, pessoas com mestrado, doutorado. Na Constituinte, nós tínhamos consultores conosco na Secretaria-Geral da Mesa, e, quando fui chamado para ser Secretário-Geral, quando fui efetivado, trouxe consultor para cá. Um dos consultores que ainda hoje está na Secretaria-Geral da Mesa — ele é consultor legislativo, dá muitas aulas no Cefor e já escreveu livro sobre o Regimento — é o Fernando Sabóia. Trabalhei junto na Constituinte também com o Vandir³⁰ e o Anderson³¹. Nós tínhamos aqui também, na parte de Regimento, o Miguel³², que agora está na Diretoria Legislativa.

¹⁹ **O processo histórico da elaboração do texto constitucional**/trabalho elaborado por Dilsson Emílio Brusco e Ernani Valter Ribeiro -Brasília: Câmara dos. Deputados, Coordenação de Publicações. 1993. 3 v.

²⁰ Departamento de Comissões

²¹ Maria Laura Coutinho.

²² Talita Yeda De Almeida.

²³ Maria Júlia Rabello de Moura.

²⁴ Tereza Cristina Rezende de Aguiar Attuch

²⁵ Cláudia Marisa de Aquino Alarcão

²⁶ Carlos Alberto Farias Nery.

²⁷ Fernando Sabóia Vieira.

²⁸ Marcia Lina De Carvalho Barbosa.

²⁹ Christina Elizabeth Araripe de Almeida.

³⁰ Vandir da Silva Ferreira.

³¹ Anderson Braga Horta

³² Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto.



Ele domina muito bem o Regimento e já escreveu até um livro sobre questões regimentais. Esse interesse nos chama a atenção e vamos montando a equipe. Naquele tempo, quando trabalhei na Comissão de Redação, tinha muito contato com setores que atendiam a área legislativa, tinha como buscar essas pessoas todas que já conhecia em toda a área legislativa. Importante mencionar ainda o contato e interlocução quase que diária com os assessores das lideranças partidárias. Foram muitos ao longo tempo, eu não teria como citar todos.

11. A atuação do Secretário-Geral da Mesa

O Secretário-Geral tem que ser absolutamente imparcial e tem que olhar para a instituição. Para mim, o contencioso político, o enfrentamento político, a Oposição/Situação, no trabalho da Secretária-Geral da Mesa, não têm influência. Eu atendia da mesma forma, na linha do Direito, da lei, os assessores e os partidos tanto da Oposição quanto da Situação. Quando o PT era oposição, eu tinha um diálogo muito bom com os seus parlamentares e assessores. Na minha visão, o Secretário-Geral da Mesa não tem que ter só conhecimento técnico, tem que ter também disponibilidade para ajudar as pessoas, atender as pessoas. Para um assessor de liderança, é fundamental saber o que vai acontecer na sessão, às claras, sem nada escondido, exatamente. E hoje continua sendo assim.

Na SGM, o trabalho nesse aspecto é mais visível, porque há sessões plenárias, há embate em plenário. Ora, em uma questão em plenário, se torcer o pepino para um lado, o Secretário-Geral está perdido. Ele orienta o Presidente: “*Presidente, no Regimento...*”. É bom que eu diga que nenhum Presidente tentou torcer, para atender... Eles sempre se posicionaram na linha do que é correto, do que é imparcial. Então, esse trabalho nos colocava em contato com todo. A minha porta estava aberta todo o tempo, e o telefone estava sempre disponível. Estava sempre à disposição, até porque isso me ajudava também. Às vezes, um assessor trazia um problema. Aquilo que ele trazia estava sendo debatido. Aquilo podia surgir também, podia ser questionado. Aquilo me ajudava. Era uma troca, no bom sentido. Estávamos compartilhando uma interação que era fundamental aqui no trabalho.

Na minha visão, o embate político é feito entre os Parlamentares. Os membros do Poder são os Parlamentares. Eles é que têm o discurso de oposição, de situação, etc. Nós, servidores, temos que atender bem seja Situação, seja Oposição. Essa era a minha visão. Eu tinha também um bom contato, uma boa interlocução não só com os partidos da Base, da Situação, como também com os partidos da Oposição. Até hoje tenho.

Outra coisa que quero acrescentar é que gostava muito do contato com os jornalistas - as pessoas que trabalhavam comigo falavam que havia um jornalista dentro de mim -. Acho fundamental o trabalho jornalístico para a instituição: a cobertura, a notícia. Eu enxergava a dificuldade do jornalista. Até hoje — falo com alguns deles ainda —, não sei como conseguem, estar em dois lugares ao mesmo tempo: aqui na Câmara, no Senado, no Palácio do Planalto, não sei onde mais. Eles têm tempo marcado para fechar uma coluna, para entrar no ar. Naquela época, era para fechar a edição, fechar a coluna. Hoje, com a Internet, é para transmitir *on-line* no *blog*, no *site* do jornal.



Realmente, não é um trabalho fácil. Como é um trabalho útil e importante para o País, eu fazia questão de ajudar. Fora isso, eu tinha um prazer imenso, porque era um contato muito bom. Sempre gostei muito desse contato com os jornalistas aqui na Câmara, aqui no Congresso. E essa interação com eles me ajudava muito. Às vezes, o jornalista me trazia uma dúvida ou algo que tinha ouvido em algum lugar, e aquilo ajudava a analisar a matéria. Todo mundo trabalhava na mesma direção, para oferecer um bom trabalho.

12. Os presidentes em 24 anos de SGM.

(Ibsen Pinheiro, de 1991 a 1993).

O Presidente Ibsen Pinheiro tem formação na área jurídica, ele era Procurador inclusive. Então, ele tem uma alta compreensão dos aspectos legais, sem falar que tem uma visão política muito ampla também e tem muito boa retórica. Ele foi eleito Presidente, antes tinha sido Líder do PMDB, tinha boa articulação na Casa. Muitas matérias importantes foram apreciadas e votadas nesse período. A que chamou mais atenção foi justamente o *impeachment* do Presidente Collor³³, que aconteceu sob a Presidência do Ibsen. Foi um momento muito difícil e tenso que a Câmara enfrentou.

No trabalho da Secretaria, um detalhe interessante é o seguinte: a gente é assessor, somos servidores, como eu já disse mais de uma vez; o agente de Poder são os Parlamentares. Mas a preocupação do dia a dia, todos os problemas que ocorrem afetam o íntimo, a alma da gente. Pelo menos comigo é assim. E o Parlamento, como qualquer instituição, tem os seus momentos de crise — tem os bons momentos e os momentos de crise, os momentos de dificuldade, os momentos difíceis. Esses momentos difíceis acabam atingindo a gente, o nosso pensar, o nosso sentir, o nosso dia a dia. Esse foi um momento difícil, foi a primeira vez: decisões difíceis, análises difíceis de conteúdo. Realmente foi um momento difícil e tenso, muito tenso.

(Inocência Oliveira³⁴, de 1993 a 1995)

O Deputado Inocência assumiu com largo apoio. O que mais lembro do mandato dele é que ele fez uma ampla reforma no Regimento. Antes, tinha sido até Relator. Há um detalhe interessante. Parece-me que o Regimento anterior era de 1970. Então, com a nova Constituição, tinha que ser feito um novo Regimento, para adaptá-lo ao novo texto constitucional. O Regimento anterior estava

³³ P.C 5/1992 CESP. Parecer (CD).

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=165335>>. Também: 20 anos do impeachment. Departamento de Taquigrafia resgata histórico e registra 20 anos do impeachment do presidente da república Fernando Collor. <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/20-anos-do-impeachment/20-anos-do-impeachment-do-presidente-fernando-collor>>.

³⁴ Inocência Gomes de Oliveira. Deputado Federal, 1975-1979, PE, ARENA; Deputado Federal, 1979-1983, PE, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, PE, PDS; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PE, PFL; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, PE, PFL; Deputado Federal, 1995-1999, PE, PFL; Deputado Federal, 1999-2003, PE, PFL; Deputado Federal, 2003-2007, PE, PFL; Deputado Federal, 2007-2011, PE, PL; Deputado Federal, 2011-2015, PE, PR.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - CEDI
Coordenação de Arquivo – Coarq
Assessores de Caramujo – História Oral da Constituinte 1987-1988
E011

totalmente ultrapassado. Quando acabou a Constituinte, lembro de que o Presidente Ulysses Guimarães pediu ao Nelson Jobim³⁵ — que era Parlamentar, Deputado Federal, e depois foi Presidente do Supremo — que fizesse o anteprojeto do novo Regimento Interno, adaptando-o à nova Constituição³⁶. Esse anteprojeto seguiu até a gestão do Deputado Inocêncio Oliveira. Antes, o Deputado Inocêncio tinha sido Relator da matéria, então dominava muito bem o Regimento, e tinha muito bom trânsito na Casa. Aliás, qualquer um que chega lá tem bom trânsito na Casa.

(Luís Eduardo Magalhães³⁷, de 1995 a 1997).

Eu senti muito a morte dele. Era uma pessoa muito competente. Um detalhe muito importante: nós estávamos saindo de um momento difícil da economia, uma situação difícil. Estava iniciando um dos períodos do Fernando Henrique³⁸. Era o novo Governo do Fernando Henrique. O Fernando Henrique — eu afirmo isto — deve muito, no bom sentido, do que conseguiu de êxito nas relações com o Congresso, nas matérias apreciadas no Congresso, ao trabalho do Luís Eduardo Magalhães. Tinham um bom entendimento, se davam muito bem. Lembro que aquelas reformas essenciais vieram para a Câmara, e o Luís Eduardo foi fundamental para essas matérias andarem. Tinha muito boa interlocução. Acho que ele teria chance — eu sempre afirmo isto — de chegar a Presidente da República. Ele tinha boa articulação. O Luís Eduardo Magalhães era uma pessoa muito leal, correta, tinha excelente caráter. Aliás, a PEC da Reeleição³⁹ ficou pronta para ir a Plenário, com parecer aprovado. Eu estava no gabinete com o Luís Eduardo; ele ligou para o Fernando Henrique na hora: *“Presidente, a matéria está pronta. Pode escolher qualquer dia para pautar; eu vou pautar a matéria em plenário quando o senhor achar que o momento é razoável para isso”*. O Luís Eduardo trabalhou muito a favor dessa matéria, a PEC da Reeleição.

Quando acabou o mandato dele de Presidente da Câmara, virou Líder do Governo. O trabalho de Líder do Governo não é fácil; o do Ministro do Gabinete de Relações Institucionais também não é fácil. Por quê? Pelo Executivo o Líder do Governo atua aqui, com interlocução direta com o Presidente da República. O Ministro de Relações Institucionais cuida da interlocução com o Congresso. Em um regime presidencialista o que acontece? Às vezes as medidas vêm dos Ministérios, da Casa Civil. Às vezes o Ministro, com o Líder do Governo, acerta um acordo aqui, e na hora “H” a Fazenda, ou a Casa Civil, diz que não pode, que afeta a economia. Então, tem que haver

³⁵ Nelson Azevedo Jobim. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RS, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, RS, PMDB. Ministro de Estado da Justiça, 1995. Ministro do Supremo Tribunal Federal, 1997-2006. Ministro da Defesa, 2007-2011.

³⁶ PRC 54/1989 Projeto de Resolução da Mesa, relatado pelo Deputado Inocêncio, então primeiro vice-presidente.

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=235608>>. O projeto foi aprovado e transformado na Resolução da Câmara dos Deputados nº 17, de 1989.

³⁷ Luís Eduardo Maron de Magalhães (1955-1998). Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, BA, PFL; Deputado Federal, 1991-1995, BA, PFL; Deputado Federal, 1995-1998, BA, PFL.

³⁸ Fernando Henrique Cardoso. Senador (1983-1992). Ministro das Relações Exteriores (1992-1993). Ministro da Fazenda (1993-1994). 34º Presidente do Brasil (1995-2003).

³⁹ PEC 1/1995 Proposta de Emenda à Constituição. Transformada na Emenda Constitucional 16/1997.



uma interação, um entendimento muito bom entre Casa Civil, principalmente Casa Civil, Ministérios, com o Gabinete de Relações Institucionais e a Liderança do Governo, para poder viabilizar o que deve ser aprovado, o que tem condições de ser aprovado. Eu estou falando isso a propósito do que aconteceu. Um dia encontro com o Luís Eduardo vindo naquele corredor que vem da biblioteca — ele era Líder do Governo —, estava nervoso, vermelho. *“Mozart, Mozart, vem cá. Estou indo agora entregar o cargo para o Fernando Henrique”*. Eu falei: *“Espera aí, Líder. O que é que houve?”* Ele falou assim: *“Fiz um acordo, celebrei um acordo, e na hora “H” o Ministro Tal — não sei qual Ministro — não está querendo cumprir, e eu tenho palavra. Se não cumprir, eu prefiro entregar o cargo”*. Eu falei: *“Líder, faz o seguinte, você não vai chegar entregando o cargo. O senhor vai relatar para ele o que houve. Isso vai ter solução”*. Aí ele foi. Depois ele voltou e falou: *“Mozart, fiz daquela forma”*. Ele falou com o Fernando Henrique, e o Fernando Henrique ligou para o Ministro na hora: *“Olha, é para cumprir o acordo que o Luís Eduardo, como Líder do Governo, celebrou. É para cumprir à risca”*. Essas nuances nas relações institucionais entre o Poder Executivo e Poder Legislativo nem sempre são tranquilas.

(Michel Temer⁴⁰, três períodos: 1997 a 1999, 1999 a 2001, 2009 a 2010)

Michel Temer tem muito entendimento, é um homem que sabe ouvir, ouve todo mundo, sem falar que é um jurista de formação. Ele tem obras da área de Direito Constitucional. Isso facilita muito os trabalhos aqui. Ele tinha sido Líder aqui. Construiu, no mandato dele aqui, um entendimento muito bom, com as Lideranças e com o Plenário, sobre o que deveria ser votado em plenário. O Presidente tem o poder de decidir quais matérias vai colocar na pauta de plenário. Mas não adianta o Presidente colocá-las só por vontade dele. Tem que haver um mínimo de entendimento. Senão, a tendência é não votar, é adiar. O Presidente Michel Temer tinha uma interlocução muito boa com os Líderes, com os Parlamentares. Ele recebia todo mundo, conversava com todo mundo.

Há um detalhe interessantíssimo sobre como o conhecimento jurídico ajuda. Até 2001 — ele era Presidente da Câmara antes —, a medida provisória vigorava durante certo período, mas não trancava a pauta. E não havia norma que vedasse a reedição. O que acontecia em vários Governos? Se a MP fosse complicada, seria melhor não votar. Estimulava-se falta de quórum para não votar. Não votava, deixava vencer a MP, e ela era reeditada. Houve MPs reeditadas 83 vezes! A MP do Plano Real foi reeditada 73 vezes⁴¹. Eram sucessivas reedições. Aí o que aconteceu? O Aécio

⁴⁰ Michel Miguel Elias Temer Lulia. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1993-1995, SP, PMDB; Deputado Federal, 1995-1999, SP, PMDB; Deputado Federal, 1999-2003, SP, PMDB; Deputado Federal, 2003-2007, SP, PMDB; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PMDB. Vice-presidente do Brasil (2010-2016). 37^º Presidente do Brasil (2016-2018).

⁴¹ V. Congresso continua votações de medidas provisórias nesta terça. “Caso o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, mantenha sua ideia de votar, em primeiro lugar, as medidas provisórias mais antigas, ainda nesta semana o Congresso poderá dar seu voto a uma MP que regulamenta dispositivos do Plano Real e que já foi reeditada 73 vezes”.

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/02/02/congresso-continua-votacoes-de-medidas-provisorias-nesta-terca>>



Neves⁴², como Presidente, falou assim: *“Olha, vamos ter que resolver essa questão das medidas provisórias. Não podemos deixar como está, não, que fica ruim para a Casa”*. Já adianto que, na gestão do Presidente Aécio Neves, o novo regramento para tramitação de medidas provisórias foi fundamental⁴³. Ele colocou o trancamento de pauta, para fazer com que o Congresso votasse a MP. Se não se votasse a MP, a situação agora se invertia. A medida provisória não virava lei de imediato, mas era possível a reedição, sucessivas reedições. Com as novas regras, houve um ano em que a pauta da Câmara esteve trancada quase o ano todo. Sem falar que a medida provisória passou a ser instrumento de agenda. Ora, o Poder Executivo, se visse dificuldade para segurar a pauta da Câmara, para não votar nenhuma pauta-bomba, digamos assim, pensava: *“Vamos mandar uma medida provisória para lá para trancar a pauta”*. Durante todo o ano de 2007, parece-me, a pauta da Câmara esteve trancada com medida provisória. Nenhuma outra matéria podia ser votada. Por quê? A medida provisória trancava a pauta.

Eu quero chegar à decisão do Presidente Temer. Um dia, estou aqui e ele me chama à residência oficial. Ele falou: *“Mozart, não dá, temos que arrumar uma solução; a pauta da Câmara ficar trancada por medida provisória eu acho um absurdo”*. Ele disse: *“Raciocinei, pensei muito, meditei muito no final de semana, em casa, lá em São Paulo, e preparei uma decisão sobre isso. Dê uma olhada, o que você acha?”* Eu achei perfeita a decisão. Qual foi a decisão? Nenhum Governo pode mandar uma PEC por medida provisória; qual a razão de uma medida provisória trancar uma PEC? E no caso de lei complementar? Também não se pode baixar nenhuma lei complementar por medida provisória. Qual a razão de uma medida provisória trancar uma lei complementar? Aí, ele falou o seguinte: *“Olha, eu vou colocar que matéria que não pode ser objeto de medida provisória escapa ao trancamento”*. Eu achei a ideia fantástica. Ele perguntou: *“Você concorda?”* Eu falei: *“Concordo. Só quero dar uma sugestão ao senhor, Presidente — que ele acatou na hora —, para o Governo não dizer que agora o senhor vai inverter, vai colocar outras matérias e deixar as MPs de lado, porque ele pode reclamar isso. Então, só se pautaria matéria que não pudesse ser objeto de medida provisória em sessões extraordinárias. Ficaria a sessão ordinária reservada para MP”*. Ou seja, o Governo poderia alegar que não teve espaço para votar a medida provisória. A sessão ordinária estava reservada para medida provisória. Essa decisão⁴⁴ foi o Michel Temer que adotou,

⁴² Aécio Neves da Cunha. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, MG, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, MG, PSDB; Deputado Federal, 1995-1999, MG, PSDB; Deputado Federal, 1999-2002, MG, PSDB. Governador de Minas Gerais (2003-2010). Senador (2011-2018).

⁴³ Resolução nº 1, de 2002-CN. Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2002/resolucao-1-8-maio-2002-497942-norma-pl.html>>

⁴⁴ Interpretação do Presidente Michel Temer sobre o trancamento de pauta pelas Medidas Provisórias, 17/03/09. <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/presidencia/discursos/interpretacao-do-presidente-michel-temer-sobre-o-trancamento-de-pauta-pelas-medidas-provisorias>>. V. também: Decisão do Presidente de inadmitir emendas estranhas ao núcleo material das Medidas Provisórias, 09/06/2009. <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/presidencia/gestoes-anteriores/michel-temer-2009->



uma decisão fundamental, que permitiu à Casa apreciar matérias importantíssimas, ainda que com a pauta trancada.

(Aécio Neves, de 2001 a 2002).

O Senador Aécio Neves também teve um trabalho de muita força em sua eleição. Em sua gestão, foi dado novo rito às medidas provisórias. A emenda constitucional que mudou a Constituição para alterar o rito da medida provisória foi feita na gestão dele. Essa foi uma emenda constitucional da maior importância, ao resolver o problema do excesso de reedições de medidas provisórias e da obrigatoriedade de serem votadas. Eu não me lembro exatamente das demais proposições importantes na gestão do Senador, mas, seguramente, não há como o Congresso não ter votado matérias importantes em todas as gestões dos Presidentes. Eu não posso me lembrar de quais seriam, mas, seguramente, houve matérias importantes, de ampla discussão, de amplo debate, de ampla repercussão na sociedade brasileira. Seguramente, todos os Presidentes tiveram que enfrentar isso.

(Efraim Morais, de 2002 a 2003).

O caso do Deputado Efraim foi o seguinte: o Senador Aécio havia sido eleito Governador de Minas. Embora não precisasse deixar o cargo, ele queria ter mais liberdade para atuar lá, organizando o Governo e montando sua equipe. Ele entregou a Presidência da Câmara em 10 ou 17 de dezembro. O Regimento fala que, se ocorrer vaga na mesa até 30 de novembro do segundo ano de mandato, faz-se nova eleição. Mas, se ocorrer a partir do dia 1º de dezembro, não é feita nova eleição⁴⁵. Como o Deputado Efraim era o 1º Vice-Presidente, então, foi Presidente no período de dezembro e janeiro.

(João Paulo Cunha⁴⁶, de 2003 a 2005).

Era um novo momento. O País tinha mudado fortemente na política. O Presidente Lula assumiu o poder em 2003, e o PT fez maioria para eleger o Presidente da Câmara. O Presidente geralmente vem da bancada majoritária, digamos assim, da maior bancada da Câmara. Parece que o PT nas urnas, em 2003, cresceu muito e passou a ser o maior partido da Câmara⁴⁷. O Deputado João Paulo Cunha foi eleito. Ele era uma pessoa corretíssima, muito preocupada com a norma legal, com o cumprimento das normas. Tudo ele perguntava. Ainda perguntava se era isso mesmo, se eu tinha certeza. Ele fez um trabalho muito bom também.

(Severino Cavalcante⁴⁸, 2005).

2010/discursos/decisao-do-presidente-de-inadmitir-emendas-estranhas-ao-nucleo-material-das-medidas-provisorias>.

⁴⁵ Art. 8º, § 2º, Seção II – Da Eleição da Mesa, Capítulo III – Das Sessões Preparatórias.

⁴⁶ João Paulo Cunha. Deputado Federal, 1995-1999, SP, PT; Deputado Federal, 1999-2003, SP, PT; Deputado Federal, 2003-2007, SP, PT; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PT; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PT.

⁴⁷ A bancada do PT em 2003, quando iniciada a legislatura, era constituída de 90 candidatos. A segunda bancada era do PFL com 75 deputados. < <http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/44044.html>>

⁴⁸ Severino José Cavalcanti Ferreira. Deputado Federal, 1995-1999, PE, PFL; Deputado Federal, 1999-2003, PE, PPB; Deputado Federal, 2003-2007, PE, PPB.



O Deputado Severino Cavalcante era uma pessoa muito boa, muito gentil. A eleição dele foi interessantíssima, porque, normalmente, o Presidente sai da maior bancada. Mas, desde 1992, é permitido haver candidato avulso de qualquer partido. Mas, no acordo, geralmente vai alguém da maior bancada. Para a eleição daquele ano, a maior bancada era do PT⁴⁹. E a vez era do PT. O que aconteceu? O PT não se entendeu dentro da própria bancada. A vaga era do partido, mas lançaram dois candidatos, o Greenhalgh⁵⁰ e o Virgílio Guimarães⁵¹, se não me engano. Esse não entendimento dentro do mesmo partido gerou no Plenário uma interrogação: “*Se o entendimento é difícil lá, como é que nós ficamos?*” O que aconteceu? O Deputado Severino foi para o segundo turno com um Deputado do PT. O outro Deputado do PT ficou em terceiro lugar. Ele foi para o segundo turno. Eu não me esqueço nunca de quando ele chegou à minha sala querendo uma orientação, querendo saber como seria a votação. Expliquei a ele como é que seria. Isso foi à noite, antes da sessão. A votação do segundo turno seria em seguida. Quando falei, ele bateu a mão na mesa e disse: “*Estou eleito*”. E eu falei: “*É mesmo, Deputado?*” “*É, estou eleito sim.*” E saiu. Ele era muito benquisto na Casa em suas relações pessoais e como Parlamentar. Naquele momento, ele realmente conseguiu se eleger Presidente da Câmara. Houve aquele problema também⁵². Aquele momento da perda do cargo pelo Presidente Severino foi muito difícil para mim. Aliás, um dia, ele já como Presidente me fez uma consulta. Eu não esqueço nunca de que ele me chamou na residência oficial e falou o seguinte: “*Mozart...*” Naquela época, quem renunciava mantinha os direitos políticos. Hoje é diferente, conforme o caso, cai na Lei da Ficha Limpa e fica inelegível. Mas ele disse assim: “*Mozart, se eu for a julgamento no plenário e perder o mandato... Votação no plenário para mim é mais complicado.*” Ele disse assim: “*Eu queria saber de você a sua opinião*”. Ele perguntou isso para decidir se renunciava ou não. “*Você conhece a Casa. O que você acha?*” Como ele achava que era muito bem quisto — e era realmente —, num dado momento ele achava que poderia enfrentar o processo e ser absolvido em plenário. Ele me perguntou e eu disse: “*Presidente, eu gosto muito do senhor. Por isso, eu me sinto na obrigação de ser correto com o senhor. Na minha opinião — posso estar equivocado —, se o processo for adiante, o senhor não tem muita chance não*”. Eu disse isso a ele. Foi duro dizer isso. Eu gostava — ainda gosto dele —, mas tinha que dizer o que achava. Ele me perguntou, e eu disse: “*Acho difícil o senhor conseguir absolvição em plenário*”. Depois de ir à votação em plenário, é muito mais complicado.

Sobre o Deputado Severino, há um aspecto interessante também. Um dia, eu estava no plenário, e ele chegou. Chamou as meninas que trabalhavam comigo no plenário e disse: “*Eu quero uma cadeira para ele aqui semana que vem*”. Eu trabalhava em pé. E brincou com as meninas: “*Se*

⁴⁹ A bancada era constituída de 91 deputados. < <http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/61225.html>>

⁵⁰ Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh. Deputado Federal, 1990-1991, SP, PT; Deputado Federal, 1997-1999, SP, PT; Deputado Federal, 2001-2003, SP, PT; Deputado Federal, 2003-2007, SP, PT.

⁵¹ Virgílio Guimarães de Paula. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, MG, PT; Deputado Federal, 1999-2003, MG, PT; Deputado Federal, 2003-2007, MG, PT; Deputado Federal, 2007-2011, MG, PT.

⁵² Severino renuncia ao mandato. **Jornal da Câmara**. Brasília-DF, quinta-feira, 22 de setembro de 2005, p. 1. <<http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20050922.pdf>>



CÂMARA DOS DEPUTADOS - CEDI
Coordenação de Arquivo – Coarq
Assessores de Caramujo – História Oral da Constituinte 1987-1988
E011

não houver uma cadeira para ele aqui, vocês serão demitidas”. Eu disse: “*Como assim, Presidente? O que foi?*” Depois, fui saber como foi a história. Ele estava em casa; e a Dona Amélia⁵³, a senhora dele, uma pessoa muito distinta, perguntou a ele: “*Severino, quem é aquele Deputado que não larga do seu pé, fica em cima de você o tempo todo, não dá sossego. Como é que você permite isso?*” Ele olhou e disse: “*Não, é um funcionário que me assessora lá*”. Ela mudou o discurso na hora: “*Severino, um funcionário trabalhar tantos horas em pé?! Você vai arrumar uma cadeira para ele semana que vem!*” Então, graças à Dona Amélia e ao Deputado Severino, passei a ter uma cadeira para sentar no plenário.

(Aldo Rebelo⁵⁴, de 2005 a 2007)

O Deputado Aldo Rebelo assumiu num momento muito difícil na Casa. O Aldo é muito franco, ouve muito e tem uma interlocução muito boa. Ele sabia conduzir bem as negociações, as reuniões. Fez um excelente trabalho. Gostei muito de trabalhar com ele. Entrou na saída do Severino. Naquele momento, ele era quem teria condição de superar. Ele foi quase convocado pela Casa a ultrapassar aquele momento de dificuldade. Pela autoridade dele, pela correção dele, pela forma de condução dele, pela fácil interlocução com as pessoas, enxergaram nele a pessoa ideal para conduzir os trabalhos nessa etapa.

(Arlindo Chinaglia⁵⁵, de 2007 a 2009)

O Deputado Arlindo Chinaglia tinha sido Líder do PT e tudo o mais. É muito sério, muito correto e muito preocupado. Tinha uma preocupação em não errar. No primeiro ano da gestão dele, não havia a emenda constitucional das medidas provisórias. Ele enfrentou essa dificuldade. Foi um ano quase todo com a pauta trancada, com pequenas janelas, por medidas provisórias. Ele é um homem também corajoso. Embora seja do partido, lembro da interlocução com o Palácio do Planalto, quando precisava defender a instituição Câmara dos Deputados. Ele defendia a Câmara nas negociações, na interlocução. Ele é um homem de coragem.

(Henrique Eduardo Alves⁵⁶, de 2013 a 2014)

⁵³ A esposa se chama Amélia Cavalcanti. Por um lapso, Mozart usa na gravação o nome da filha do casal: Ana Cavalcanti.

⁵⁴ José Aldo Rebelo Figueiredo. Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, SP, PCdoB; Deputado Federal, 1995-1999, SP, PCdoB; Deputado Federal, 1999-2003, SP, PCdoB; Deputado Federal, 2003-2007, SP, PCdoB; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PCdoB; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PCdoB. Ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais do Brasil (2004-2005). Ministro dos Esportes do Brasil (2011-2015). Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (2015). Ministro da Defesa do Brasil (2015-2016)

⁵⁵ Arlindo Chignalia Junior. Deputado Federal, 1995-1999, SP, PT; Deputado Federal, 1999-2003, SP, PT; Deputado Federal, 2003-2007, SP, PT; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PT; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PT; Deputado Federal, 2015-2019, SP, PT.

⁵⁶ Henrique Eduardo Lyra Alves. Deputado Federal, 1971-1975, RN, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, RN, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, RN, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, RN, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RN, PMDB; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, RN, PMDB; Deputado Federal, 1995-1999, RN, PMDB; Deputado Federal, 1999-2003, RN, PMDB; Deputado Federal, 2003-2007, RN,



Quando estava aposentado⁵⁷ e trabalhando no setor de Relações Institucionais da Globo, o Deputado Henrique Eduardo Alves um dia me ligou e disse: *“Mozart, eu acho que está quase certo que eu vou ser eleito mesmo e queria saber se posso contar com você de volta na Secretaria. Queria você lá”*. Eu disse: *“Vamos nessa, Presidente. Vamos juntos”*. Voltei para a Câmara e fiquei esses dois anos a mais com o Presidente Henrique Eduardo Alves. Ele também fez um excelente trabalho aqui na Câmara. Ele também tem muito boa interação, interlocução, conhecimento com os parlamentares de um modo geral. Fez um bom trabalho.

13. O trabalho no gabinete do Senador Aécio Neves e nas Organizações Globo

Eu fiquei com o Deputado Marco Maia até pouco depois de ele ter assumido. Eu recebi um convite. Naquele momento, eu já queria sair para atender melhor a família. Eu saí. O Senador Aécio estava chegando a Brasília como Senador e me convidou a ir para o gabinete dele. Eu fiquei um ano no gabinete do Senador Aécio Neves. Quando eu estava lá, recebi um convite das Organizações Globo. Trabalhei um ano no setor de Relações Institucionais da Globo. As Relações Institucionais lida muito com o poder público de um modo geral, mas principalmente com o Congresso. Também tem a ver com relações com o Governo, com os Ministérios, com as leis, com as medidas a serem tomadas. Significa trabalhar em favor da empresa, lógico. Lá era tranquilo porque, como é órgão de imprensa, havia muita coisa em favor da liberdade de imprensa, de acompanhar proposições que poderiam dizer respeito a isso.

O grupo também é muito competente, o Dr. Tonet⁵⁸ é o Vice-Presidente do setor de Relações Institucionais. Fiquei muito tranquilo e confortável para fazer a interlocução com o Congresso, para verificar as matérias. Como conheço como funcionam as coisas aqui, naquilo que podia ajudar... Achei um trabalho interessante. Às vezes, eles tinham dúvida, às vezes tinham intenção de opinar: *“Ah, essa matéria é bom emendar dessa forma. Como faz?”* Eu dizia: *“Não, para emendar, pode ser na Comissão, pode ser no plenário”*. Dava orientação. Mas era um grupo muito bom, correto, ético, com profissionais de primeira linha, sem falar que o ambiente era muito bom. Gostei muito, foi um trabalho muito bom. Até hoje eu tenho contato com eles. Volta e meia me encontro com eles, falo com eles.

14. O trabalho atual

Eu não sei ficar quieto e tudo o mais, sem falar que eu preciso, pois vivo de salário. Quando eu saí da Câmara nesta última vez, recebi um convite da iniciativa privada. Estava começando um trabalho na iniciativa privada. Estava lá havia 15 dias começando um trabalho e recebi um

PMDB; Deputado Federal, 2007-2011, RN, PMDB; Deputado Federal, 2011-2015, RN, PMDB. Ministro do Turismo (2016).

⁵⁷ Aposentou-se em 10 de maio de 2000, mas reassumiu como Cargo de Natureza Especial e continuou como Secretário-Geral sem interrupção até 2011, retornando em 2013.

⁵⁸ Paulo Tonet Camargo < http://grupoglobo.globo.com/estrutura_corporativa.php >



telefonema. A Presidenta Dilma⁵⁹ tinha convidado o Presidente Michel Temer, então Vice-Presidente, para cuidar da articulação política. Estou em casa um dia e me liga o hoje Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro Eliseu Padilha⁶⁰: *“Mozart, a Presidenta Dilma pediu para o Temer cuidar da articulação política e ele está querendo que você venha aqui para ajudá-lo nessa parte de atuação do Congresso. Está precisando de você”*. Eu disse: *“Claro! Vamos nessa”*. Deixei a iniciativa privada e fui para a Vice-Presidência com ele. Trabalhei na Vice-Presidência. Nesse tempo, ocupei a Subchefia de Assuntos Parlamentares — Supar da Secretaria de Relações Institucionais, Palácio do Planalto. Fiquei lá, depois deixei a Supar. Voltei para a Vice-Presidência. Lá era mais tranquilo e tudo o mais. Não imaginava, não sabia que ele iria virar Presidente. Agora ele virou Presidente, e estamos trabalhando muito porque ele trabalha de segunda-feira cedo até às 22 horas, 23 horas da noite. E mesmo que não esteja lá com ele, não consigo ir para casa ele estando lá. Fico com medo de ele precisar de mim e não estar presente. Tenho isso comigo. Mesmo ficando na minha sala, não saio enquanto ele não sai do Palácio, ainda que não esteja com ele. Claro, não fico com ele sempre, vou lá eventualmente.

Lá estou fazendo justamente esse monitoramento do que acontece no Congresso. Nessa questão do rito das denúncias⁶¹, atuei bastante prestando a ele informações, mostrando a ele como seria o rito, eventualmente fazendo o mesmo em relação a outras matérias que são apreciadas no Congresso. Nessa parte da interlocução com o Congresso, estou ajudando no que ele precisar. Mas fico na minha. Não sou Ministro, não tenho poder, sou um mero assessor. Fico lá para quando ele precisa e só quando ele convoca. Não dou uma de *entrão*. Lá em Minas se fala “entrão”. Nem posso.

15. A evolução técnica e o corpo funcional da Câmara

O progresso da informatização teve papel fundamental no funcionamento da Casa. Na Câmara, por exemplo, nós tínhamos o registro do processo legislativo. Era ligado ao Prodasen⁶², que ficava lá do outro lado do Senado, com as máquinas enormes. Havia uma seção de sinopse na Câmara e existia o BAL. O que era o BAL — Boletim de Ação Legislativa? Funcionava assim: na Comissão de Justiça, quando tais projetos e tais emendas eram aprovados, o Secretário preenchia o BAL à mão, com caneta, mandava para a seção de sinopse. Lá havia funcionários que digitavam isso e enviavam para o sistema do Prodasen. Na Constituinte foi preciso prolongar o terminal que ficava

⁵⁹ Dilma Vana Rousseff. Ministra de Minas e Energia (2003-2005). Ministra-chefe da Casa Civil (2005-2010). 36.ª Presidente do Brasil (2011-2016). Ministro dos Transportes do Brasil (1997-2001). Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil (2015). Ministro-Chefe da Casa Civil do Brasil (2016-2018).

⁶⁰ Eliseu Lemos Padilha. Deputado Federal, 1995-1999, RS, PMDB; Deputado Federal, 2003-2007, RS, PMDB; Deputado Federal, 2007-2011, RS, PMDB; Deputado Federal, 2011-2015, RS, PMDB.

⁶¹ Denúncia contra Temer e ministros deverá seguir mesmo rito da anterior na CCJ. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/denuncia-contra-temer-e-ministros-devera-seguir-mesmo-rito-da-anterior-na>>

⁶² Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, atualmente, em 2018, Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/institucional/orgaosenado?codorgao=8927>>



na sinopse, embaixo da Secretaria-Geral da Mesa, para uma sala no final do Anexo II. Hoje, há recursos à disposição, publicação. Para você ter ideia, quando eu entrei, o avulso era mandado para a gráfica do Senado, a gráfica fazia uma colagem para mandar para as impressoras. Dali saía o avulso de cada matéria que era entregue aqui. Hoje não, hoje é tudo *on-line*, pela Internet, já cai na rede lá.

A Câmara de algum tempo atrás era uma, hoje é outra. Mas uma coisa que não mudou, acho eu, foi a aceitação, a concepção que cada funcionário tem da Casa que ele representa e na qual ele trabalha. Nós temos um corpo funcional na Câmara muito dedicado, muito competente. Você não ouve críticas aqui e acolá ao servidor da Câmara. Imagine você, do jeito que o Congresso — Câmara e Senado — é exposto, se aqui estivesse funcionando mal uma Secretaria-Geral ou uma Diretoria-Geral ou um Departamento de Comissões, ou a biblioteca, o Centro de Documentação e Informação, ou se o funcionamento do Anexo IV fosse precário, isso seguramente estaria nos jornais.

16. Quatro décadas de Câmara: uma avaliação

Não gosto de avaliar a mim mesmo. Sempre digo que quando é para avaliar o meu trabalho aqui é sobre o que eu fiz e o que eu fiz com outras pessoas, e não fiz só. Então, qualquer coisa que eu posso falar do meu trabalho é que foi muito trabalho, sim, trabalho que exigia muita atenção. Em um ambiente político, um erro pode gerar um problema. Então, requer-se muita atenção. Pelo que ouço das pessoas, muitas pessoas dizem, com sinceridade, que fiz um bom trabalho. Eu agradeço. E, se várias pessoas dizem isso, não tenho por que dizer que não.

Mas faço questão de acrescentar — e não estou fazendo jogo de cena, não, é absolutamente sincero — que o que eu recebo de elogio ou de observação do meu trabalho reparto com centenas de pessoas, com meus companheiros da Secretaria da Mesa, do Centro de Documentação e Informação, do Departamento de Comissões, da área administrativa, que deu suporte a tudo isso. A área administrativa também trabalhou muito. Imagine como é dar suporte a tudo isso.

O que consegui aqui executar foi graças a esse trabalho de equipe, esse trabalho conjunto. Sozinho é impossível! Ainda que bem-intencionado, não teria conseguido. Seguramente, não teria conseguido. Eu teria feito um trabalho que não corresponderia às expectativas, não seria bem avaliado, caso tivesse feito isso sozinho, caso tivesse me arvorado a fazer isso sozinho. Não, o que fiz aqui foi um trabalho de equipe.

Eu sou impressionado com o corpo funcional da Câmara, e isso inclui também, é bom mencionar, os gabinetes dos Parlamentares. Imagine que ficávamos aqui noite adentro, nos fins de semana! O funcionário do gabinete do Deputado também ficava lá dando suporte ao parlamentar. Isso é fundamental! Numa Constituinte, o parlamentar é demandado por setores do seu Estado, de seu segmento de trabalho, e os funcionários de gabinete atuam, com certeza, positivamente e de forma muito forte nessa interligação entre o Parlamentar e a sociedade, entre o Parlamentar e a Câmara e o próprio Congresso.



Eu amo a Câmara. Esta será sempre a minha Casa. O que me deixa feliz é que sempre tivemos aqui um corpo funcional dedicado, competente, incluindo a área administrativa, a área legislativa, os gabinetes dos parlamentares. Do jeito que a Casa é demandada, com matérias complicadas, com decisões complexas, imaginem se houvesse aqui um corpo funcional incompetente! Nós temos consultores legislativos que são escritores, com tese de mestrado, com doutorado. Temos consultores que já foram do FMI⁶³, para você ver a categoria. Esse é o lado que me deixa feliz.

A minha avaliação em relação ao Congresso, especialmente em relação à Câmara, é positiva nesse aspecto — é positiva. O Congresso é criticado? É. Por quê? O Congresso não tem força, o Congresso é um poder um pouco mais fraco, digamos assim. É muito fácil criticar o Congresso. O Congresso tem seus acertos como qualquer instituição, como qualquer poder que tem acertos e erros.

Uma vez eu fiz uma palestra, e uma pessoa do grupo, que era de um determinado setor, criticou muito a Câmara, dizendo que a Câmara faz as leis que a gente não quer, etc. e tal. Eu disse: *“Você é de tal setor, não é?”* — ele falou o setor dele — *“Lembra tal lei que foi aprovada aqui? E vocês ficaram diariamente aqui no Congresso. Vocês eram recebidos pelos Parlamentares, pelos Relatores, pelas Comissões, até pelo Presidente da Câmara, às vezes, para sugerir, para opinar. E muitas sugestões decorrem de audiências com a presença de vocês”*. Às vezes, são chamadas oficialmente, em audiências das Comissões, pessoas da sociedade, especialistas, para falar sobre a matéria. Então, a frase que sempre digo é esta: com todos os seus problemas, sem um Congresso funcionando livremente, não temos democracia. A democracia sem o Congresso Nacional funcionando, ou funcionando sob censura, não é democracia, não existe.

II. A elaboração política da Constituinte

17. O cenário político da convocação da Constituinte

Naquele momento, estávamos saindo de um regime de força. É bom lembrar que o Brasil ultrapassou um longo período de regime militar, de regime de força: as eleições eram indiretas, o Congresso estava amordaçado e os parlamentares estavam sendo cassados, mediante decreto publicado no Diário Oficial. Durante todo esse período, as forças de oposição, principalmente as forças de centro-esquerda, percorriam o País como resistência. No Brasil, houve nesse período uma resistência democrática. As pessoas que faziam parte desse grupo de resistência democrática pregavam duas coisas fundamentais: primeiro, a convocação de eleições diretas e, segundo, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana.

As Diretas Já foram objeto de vários comícios. O último deles deu-se na Candelária, em 10 de abril de 1984. No dia 25 de abril do mesmo ano, 20 dias depois, foi votada em plenário a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, a Emenda das Diretas Já. A Emenda foi derrotada em plenário por uma diferença de 22 votos, com toda a pressão. O Congresso votou cercado por tropas do Exército, a

⁶³ Fundo Monetário Internacional.



mando do General Newton Cruz. As pessoas acessavam os parlamentares já no aeroporto para tentar convencê-los. Mesmo assim, a Emenda das Diretas Já perdeu por 22 votos. Foi ali que os militares perceberam que não tinham como seguir adiante com aquele regime.

Mantiveram a eleição indireta no Colégio Eleitoral. Conseguiram mantê-la, mas permitiram a candidatura de Tancredo Neves⁶⁴ e Paulo Maluf⁶⁵. O Dr. Tancredo ganhou a Presidência, mas, infelizmente, não pôde assumir, e o Presidente Sarney⁶⁶, como Vice-Presidente, assumiu a Presidência. Houve até um momento de dúvida, já que o titular, o Presidente da República, não tinha assumido o mandato, se o Vice-Presidente poderia assumir em vez de ser o Presidente da Câmara. O General Leônidas Pires⁶⁷ disse que não, que quem ia assumir era o Vice-Presidente eleito, no caso, o Presidente Sarney.

Depois de superado esse período, veio o período da convocação. É bom mencionar que o Presidente Sarney foi eleito pelo Colégio Eleitoral, mas ele cumpriu o ideário daquele momento e convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana. Esse foi um ato de convocação dele.

Em junho de 1985, o Presidente Sarney mandou para o Congresso uma proposta de emenda constitucional convocando uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana. Quer dizer, mandou essa proposta para esta Casa, convocando a Assembleia. Ele mandou essa emenda para cá em junho e ela foi aprovada em novembro de 1985.

É interessante dizer que o Presidente Sarney, bem-intencionado, criou uma Comissão⁶⁸, antes de a Assembleia Nacional Constituinte ser instalada, para elaborar um anteprojeto. Seria uma sugestão aos Constituintes, partir de um texto inicial. Essa Comissão foi presidida por Afonso Arinos⁶⁹. Há uma curiosidade: essa Comissão trabalhou, fez um texto, mas o Presidente Sarney não o encaminhou para a Assembleia Nacional Constituinte, porque houve um momento de indefinição, de dúvida de alguns, até entenderem isto: *“Não, temos que começar do zero. Não precisamos de trabalho inicial, digamos assim”*. O Presidente Sarney não chegou a encaminhar, mas esse texto chegou lá por outras mãos. Lembro que um dia eu estava no gabinete do Presidente Ulysses

⁶⁴ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal, 1951-1955, MG, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, MG, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, MG, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, MG, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, MG, MDB. Senador (1979-1983). Governador de Minas Gerais (1983-1984). Presidente do Brasil (não tomou posse – 1985-1990). Primeiro-ministro do Brasil (1961-1962).

⁶⁵ Paulo Salim Maluf. Deputado Federal, 1983-1987, SP, PDS; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PP; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PP; Deputado Federal, 2015-2019, SP, PP. Governador de São Paulo (1979-1982).

⁶⁶ Governador do Maranhão (1966-1970). Senador pelo Maranhão (1971-1985). Senador pelo Amapá (1991-2015). Vice-presidente do Brasil (1985). 31.º Presidente do Brasil (1985-1990).

⁶⁷ Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015). Ministro do Exército (1985-1990).

⁶⁸ Comissão Provisória de Estudos Constitucionais ou Comissão Afonso Arinos, por ter Afonso Arinos de Melo Franco como seu presidente. < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>>.

⁶⁹ Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990). Deputado Federal (1947-1951; 1951-1955; 1955-1959). Senador (1959-1967; 1987-1995).



Guimarães, e alguém chegou lá com uma cópia do texto. Lembro que o Dr. Ulysses falou o seguinte: “Guarda isso aí. Se alguém quiser utilizar para ler... Mas vamos começar do zero”.

18. Os “nós” da Constituinte

Foi um trabalho imenso. O Dr. Ulysses tinha intenção de terminá-lo num ano só, em 1987. Todavia, houve um nó no final de 1987, alguns problemas. Foi construído um formato muito bem bolado, digamos assim. Eram oito Comissões Temáticas. Cada Comissão tinha três subcomissões temáticas. Por exemplo, a Comissão de Organização dos Poderes tinha as Subcomissões Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. Cada Subcomissão teria um prazo, um colegiado com Relator e Presidente, faria um texto da sua parte, encaminharia para a Comissão Temática. Na Comissão temática, juntar-se-iam os três textos. Então, ao final, o texto elaborado pelas oito Comissões Temáticas seria a nova Constituição, a nova proposta, digamos assim⁷⁰.

Mas havia uma nona Comissão. Que Comissão era essa? A Comissão de Sistematização. Em princípio, pensava-se que iria só sistematizar, mas não. Era a Comissão mais importante e de maior peso, porque, para sistematizar, incorporar, englobar um texto, tem que haver análise — “Isso fica. Isso não sai. Isso está repetido. Isso não está repetido.” —, tanto é que nesta Comissão havia uma predominância de forças de centro-esquerda. É a minha análise. Nas demais Comissões não havia essa preocupação, mas nesta Comissão havia uma predominância, o texto aprovado na Comissão de Sistematização é que iria a plenário. E lá foi aprovado inclusive o regime parlamentarista.

Então, alguns “nós” apareceram no final de 1987. O primeiro ponto era “*Temos que votar em plenário o texto da Comissão de Sistematização. Quem é que vai votar contra?*” Só que, ao votar a favor do texto completo, está-se votando também a favor de um artigo que não se quer. Por exemplo, no caso do regime parlamentarista de governo, quem é presidencialista não o quer, mas ao votar no texto completo que estava na proposta inicial da comissão também estaria votando, naquele primeiro momento, a favor do regime parlamentarista. Assim, em uma outra votação, o ônus para suprimir o regime parlamentarista seria do constituinte presidencialista. Ou seja, este constituinte teria que conseguir maioria absoluta de votos para derrubar o regime parlamentarista. Qual foi a saída? O Nelson Jobim descobriu no Direito italiano o famoso Destaque para Votação em Separado⁷¹, que é o destaque de bancada aqui na Câmara. Qual é a diferença? Se antes quem queria suprimir um artigo tinha a obrigação de colocar maioria absoluta uma vez aprovado o texto global, com o Destaque para Votação em Separado, não, ele exclui aquele artigo da votação inicial do texto. Então, por exemplo, ao se votar o texto global, aquele artigo estava fora, não era votado conjuntamente. Qual era a

⁷⁰V. Constituição Federal. Etapas e Fases. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente>

⁷¹ Destaque para votação em separado (DVS). <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/destaque-para-votacao-em-separado-dvs>>



mágica nisso aí? Invertia-se o ônus da votação — quem queria aprovar o artigo é que teria que colocar de novo maioria absoluta. Aí deu certo, isso ficou resolvido.

Outro problema foi a inclusão de matérias objeto de emendas ou ideias não acolhidas pelo relator ou pela Comissão. Por exemplo, havia grupos que tinham força para apresentar uma proposta, uma sugestão — 10, 15 Parlamentares —, mas não tinham força para aprová-la, porque, para aprovar, tinham que ter maioria absoluta, metade mais um. Mas tinham força para atrapalhar, obstruir. Na votação do texto constitucional, três, quatro votos podem ser fundamentais. Imagine um grupo com dez ou vinte Constituintes — *“Ora, se não colocar essa ideia no texto, eu votarei contra”*. São dez votos contra, não é? Qual foi a saída? O Dr. Ulysses conversou, negociou, achou uma saída muito inteligente: *“Vamos colocar o que vocês quiserem, mas vamos deixar para regulamentação posterior”*. Esta Constituição foi promulgada com mais de 300 dispositivos, 360 ou 380, a serem regulamentados. A situação de hoje é: 263 já estão regulamentados e há ainda 117 pendentes. Há muitos artigos sem regulamentação⁷².

Discordo muito quando ouço falar: *“Ah, tem mandado de injunção...”* O mandado de injunção é para o Judiciário pedir ao Congresso que regule artigo da Constituição. Já vi escrito em algum lugar: *“Congresso, está em mora ou em omissão”*. Discordo, não é uma coisa nem outra. O Ibsen tem uma frase muito interessante; ele falou que legislar às vezes é também não legislar, porque depende do momento que a sociedade vive. A sociedade pode estar numa inflexão mais conservadora, pode estar num momento mais progressista. Depende do momento.

Às vezes colocar um artigo lá atrás era difícil. Vou dar um exemplo interessante. O Constituinte Fernando Gasparian⁷³ tinha verdadeira fixação em tabelar os juros em 12% ao ano. Ele conseguiu colocar, mas isso ficou sujeito a regulamentação posterior⁷⁴. Mas é tão difícil tabelar juros, digamos assim, numa economia de mercado, que isso foi até retirado. Mas outros dispositivos não. Dispositivos importantíssimos estão lá até hoje para ser regulamentados, porque não houve acordo ainda. Mas daí a dizer que estava em mora ou em omissão, não se trata disso. A regulamentação continua difícil até hoje. Algumas podem demorar muito mais tempo ainda para serem resolvidas.

Outra questão que surgiu. *“Como é que vamos resolver, então, já que existem umas ideias novas aqui? Queremos colocar o regime presidencialista, não queremos o parlamentarismo”*. A maioria queira o presidencialismo. O Presidente Sarney tomou um susto. O Saulo Ramos era Ministro da Justiça — *“Opa! E aí?”* Falavam da duração do mandato do Presidente da República. Queriam reduzir o mandato do Presidente Sarney, em exercício⁷⁵. Tudo isso “pegava” muito: *“Como é que*

⁷² Constituição Federal: dispositivos constitucionais sujeitos à regulamentação. Todos os dispositivos passíveis de regulamentação: 380. Dispositivos já regulamentados: 263. Dispositivos não-regulamentados: 117 com proposições apresentadas: 89. Sem proposições apresentadas: 28.

<<http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/html/leginfra/LeginfraNao.htm>>

⁷³ Fernando Gasparian (1930-2006). Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB.

⁷⁴ § 3º do art. 192 da Constituição, revogado pela EC 40/2003.

⁷⁵ V. Constituinte define o mandato de Sarney, diz Ulysses.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/108636/1988_01%20a%2009%20de%20Abril_003.pdf>



vamos resolver isso? O texto está pronto, está aprovado na Comissão de Sistematização, tem que ir a Plenário. Como é que vamos fazer isso?” Qual foi a solução? “Nós vamos zerar o jogo.” Foi feita uma nova resolução, aprovada na Constituinte, zerando o jogo⁷⁶. Permitiram-se novas emendas, emendas de bancada, emendas populares inclusive. Foi aí que entrou a emenda do Senador Humberto Lucena⁷⁷ que trazia de volta o regime presidencialista, e atendia o Governo⁷⁸. Assim muitos problemas foram resolvidos, mediante a solução de permitir novas emendas. Mas se retardou o processo. Novas emendas significavam novo parecer das Comissões, sobre as emendas, novo parecer em plenário. Tudo isso demorava muito. Isso jogou a Constituinte para 1988.

A fusão de emendas foi outra questão. Isso foi feito em cima da hora. Na hora da votação em plenário, o que aconteceu? “Este artigo aqui, como está redigido, não dá! Temos que modificar.” Aí se fazia um acordo na hora da votação. É comum fazer acordo. “Agora temos que buscar a emenda que contempla o acordo.” A emenda tal não contemplava na íntegra, outra emenda não contemplava. Olhávamos o texto da Comissão, e o substitutivo também não contemplava. O texto tinha que ter uma redação com algo novo, tinha que ser baseado no que existe, mas algo inovador. “Como é que vamos colocar?” Aí surgiu, naquele momento, a fusão de emendas. Os textos foram construídos na hora, em plenário, mediante fusão de emendas. E o instrumento revelou-se tão interessante e produtivo que a Câmara resolveu adotar depois no seu Regimento. Mas a Câmara questionou: “Vamos colocar ‘fusão de emendas’?” Achou-se o nome “aglutinativa”. O que é emenda aglutinativa? Na hora da votação, surge uma proposta, um acordo, com base em matéria preexistente, redige-se o texto na hora, faz-se uma fusão de emendas, faz-se uma emenda aglutinativa, e vota-se na hora. A emenda aglutinativa⁷⁹ surge na hora da votação. Isso veio lá da Constituinte.

19. O surgimento do Centrão

Quando eu falo desses problemas que ocorreram, desses nós que ocorreram no final de 1987, é bom mencionar também que houve uma mudança. As pessoas se perceberam de forma diferente. Por exemplo, quando se estava ainda instalando a Constituinte, havia uma predominância, estavam mais em evidência as forças de centro-esquerda, tanto é que o Fernando Henrique foi o Relator do Regimento. E a ideia era a Comissão de Sistematização ficar com a responsabilidade de

⁷⁶ Resolução nº 3, de 1988. < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembly-nacional/resolucao-3-1987>

⁷⁷ Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998). Deputado Federal, 1959-1963, PB, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, PB, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, PB, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, PB, MDB. Senador (1979-1987; 1987-1995; 1995-1998).

⁷⁸ V. Regime Presidencialista de Governo. Votação da Emenda Coletiva 1830 ao Projeto de Constituição relativa ao regime presidencialista de governo (Emenda Humberto Lucena) < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/regime-presidencialista-de-governo>>

⁷⁹ V. Emenda aglutinativa. < <http://www2.camara.leg.br/glossario/e.html>>



elaborar o texto final a ser levado ao Plenário. Colocaram-se então na Comissão de Sistematização⁸⁰ pessoas mais de centro-esquerda. Os demais, não, estavam em qualquer Comissão. Tanto é que o primeiro texto que saiu de lá para ir a Plenário foi um texto mais de centro-esquerda, na minha opinião.

Quando se fala em parlamentarismo, lógico que algum parlamentar ali estava se vendo na possibilidade de, um dia, ser Primeiro-Ministro. Coincidiu que nesse momento o pessoal que estava mais retraído, estávamos saindo de um regime de força, estava, assim, mais contido, mais retraído. O pessoal mais de centro-direita, acordou e colocou a cabeça para fora. Foi ali que surgiu o Centrão⁸¹. Hoje se fala muito em Centrão, mas o primeiro Centrão que existiu foi dentro da Constituinte. O que era o Centrão? Era uma reação das forças de centro-direita, que estavam até aquele momento meio inibidas, digamos assim, em função do histórico.

Lembro de que, no meio de uma sessão, o Deputado Ricardo Fiuza⁸² entrou no plenário com um cartaz de papelão amarrado com barbante, escrito com pincel atômico, bem grande: *“Centrão: uma obra de engenharia política”*. Que obra de engenharia política era essa a que ele se referia? Foi essa reação. O Luís Eduardo⁸³, o pessoal mais de centro-direita, o próprio Ricardo Fiuza, o pessoal reagiu e começou. Foi aí o grande problema que o Dr. Ulysses viu. Ou seja, esse grupo reagiu: *“Temos que colocar essas ideias, temos que colocar isso. Esta não aceitamos, senão não votamos. Ah, se não colocar essa não votamos”*. Ou seja, ficou uma coisa assim de *“Não dá. Queremos...”*. Então, o Dr. Ulysses, no final de 1987, suspendeu os trabalhos, aprovou aquela resolução que alterava o Regimento, zerando o jogo: novas emendas, novas propostas, alteração do rito.

Naquele momento, houve um reequilíbrio de forças entre centro-esquerda e centro-direita. Mas, como já disse, no início, o pessoal de centro-esquerda estava mais à frente, porque quem estava no início era quem vinha, durante todo o regime militar, pregando a nova assembleia, pregando a queda do regime. Foi esse pessoal que saiu com a corda toda, digamos assim, com toda a força, naquele momento.

20. O Regimento e os acordos de procedimento

As alterações regimentais foram resultado desse confronto de forças. Essas alterações regimentais, se não fossem realmente possíveis de serem justificadas, o Dr. Paulo Afonso não as aceitaria. Como é o Regimento, e até hoje é assim? O Regimento tem normas claras. O Regimento é

⁸⁰ V. Comissão de Sistematização. < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/copy_of_comissao-de-sistematizacao>

⁸¹ V. Centrão. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/centrao>>

⁸² Ricardo Ferreira Fiuza (1939-2005). Deputado Federal, 1971-1975, PE, ARENA; Deputado Federal, 1975-1979, PE, ARENA; Deputado Federal, 1979-1983, PE, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, PE, PDS; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PE, PFL; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, PE, PFL; Deputado Federal, 1999-2003, PE, PFL; Deputado Federal, 2003-2007, PE, PPB. Ministro da Ação Social (1990-1992).

⁸³ Deputado Luis Eduardo Magalhães.



para garantir o funcionamento da Instituição. Eu até já vi alguém escrever que o Regimento é direito de minoria. Mas no plenário da Câmara hoje, mal comparando, há algumas normas regimentais que, em havendo unanimidade, se passa por cima, deixando de serem seguidas à risca. Todavia, se houver um só que discorde, aí vale a letra do Regimento.

Eu vou dar um exemplo. Na Câmara, pelo Regimento, o quórum para aprovação de requerimento de urgência urgentíssima⁸⁴ é maioria absoluta. Como é um quórum especial, o Regimento manda que todo requerimento de urgência que exige quórum especial seja votado nominalmente⁸⁵. Tem que haver votação nominal. Mas o que acontece, muitas vezes? A urgência urgentíssima é para resolver alguma matéria importante. Para que se gastar 40 minutos numa votação nominal, se todo mundo está de acordo, se, sabidamente, ninguém vai discordar? Então, por acordo geral — o Presidente consulta se todo mundo concorda —, se todo mundo concordar, faz-se a votação simbólica, e não a nominal, embora o Regimento exija que seja nominal.

Na Constituinte também algumas questões se resolveram por acordo. Primeiro que havia também questões de ordem. Às vezes, alguém colocava em forma de questão de ordem. Eu vi muitas vezes o Dr. Paulo Afonso preparando decisões de questões de ordem para o Plenário. Essas questões, se não estavam claras no Regimento, foram acertadas, por acordo político, e, eventualmente, até por decisão do Presidente, via questão de ordem. Seguramente, nada teria sido colocado contra a vontade das pessoas, ainda mais naquele momento de retomada do princípio democrático. Eu me lembro de uma questão relativa a medida provisória. A medida provisória não constava. Descobriu-se a sua necessidade na última hora, com os trabalhos já bem adiantados. Aí, arrumou-se um jeito de colocar medidas provisórias lá, entendeu? Por necessidade, e com o apoio da maioria, digamos, nesses casos em que há dúvida, às vezes, por necessidade, com o apoio da ampla maioria, aceitou-se e se fez. Houve reclamação na época, eu me lembro — como hoje acontece —, em relação à tal fusão de emendas. Mas esse texto, é bom mencionar, é votado.

21. A solução da medida provisória

Qual é o histórico da medida provisória? O Governo Militar tinha o famoso e famigerado decreto-lei. O que era o decreto-lei? O Governo baixava o decreto-lei e o Congresso tinha um prazo de 30 dias para votar. Se o Congresso não votasse, o decreto virava lei. É o famigerado decurso de prazo. Ora, muito fácil! O Governo mandava uma matéria que era muito complicada e, para evitar emendamento, para evitar rejeição, estimulava a falta de quórum. E a imprensa estava amordaçada pela censura, não podia criticar o Congresso por não votar, não ter quórum. Assim o Poder Executivo, à época do regime militar, ficava com o controle — *“Baixo tal decreto-lei. Se houver problema no Congresso, eu não deixo o Congresso votar. Aí vira lei”*. Foi desse jeito.

⁸⁴ Urgência urgentíssima. <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/49778.html>>

⁸⁵ Cf. Art. 186 do RICD. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>



Na Constituinte, o texto estava quase todo trabalhado, já em fase de plenário. Eu me lembro como se fosse hoje — *“Espere aí, nós acabamos com o decreto-lei, mas e se o Governo um dia precisar de um instrumento para baixar medidas em situação de emergência, relevância e urgência?”* Esse é um ponto que o Presidente Rodrigo Maia⁸⁶ lembrou esses dias. Ele falou em relevância e urgência. Então o Governo dizia: *“Se houver uma enchente, é preciso liberar verba, eu preciso de uma lei. Como é que vou resolver? Eu tenho que baixar isso de imediato”*. Foi o Constituinte Nelson Jobim — ele atuou muito próximo ao Dr. Ulysses e ao Relator Bernardo Cabral⁸⁷ — que descobriu, parece-me que no Direito italiano, ou espanhol, a medida provisória. O que é a medida provisória? O Governo teve um instrumento para baixar medidas, fazê-las vigorar com força de lei, por um período, desde a edição, sujeitas depois à votação no Congresso. Mas vigoravam com força de lei, porque não se podia esperar 30 dias, elas tinham que valer de imediato. Assim, foi colocado na nova Constituição Federal de 1988 o instrumento de medida provisória⁸⁸. Mas, o problema era que a previsão de uso seria para extrema relevância e urgência. Segundo o histórico das medidas provisórias, houve MP editada até para a destinação de carros oficiais. Se pegarmos todas as MPs até hoje, na história do Brasil, de 1988 para cá, haverá algumas MPs que terão questionadas a urgência e a relevância⁸⁹. Seguramente, isso poderá ser questionado.

22. A participação popular na Constituinte

Realmente foi a primeira constituição brasileira que teve a participação popular direta. Quando eu falo participação direta, não é por acaso. No regimento da Constituinte, colocou-se a previsão de oferecimento de emendas por parte da sociedade⁹⁰. Foram 122 emendas: 83 foram recebidas, dadas como recebidas; dessas 83, 18 foram aprovadas; e outras 49 tiveram alguma parte acolhida. Um detalhe: as assinaturas dessas 122 emendas deram um total de mais ou menos 12 milhões e 200 mil assinaturas. Nesta Constituição nós temos dispositivos, ideias recebidas diretamente da sociedade e não apenas dos constituintes.

⁸⁶ Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia. Deputado Federal, 1999-2003, RJ, PFL; Deputado Federal, 2003-2007, RJ, PFL; Deputado Federal, 2007-2011, RJ, PFL; Deputado Federal, 2011-2015, RJ, DEM; Deputado Federal, 2015-2019, RJ, DEM.

⁸⁷ José Bernardo Cabral. Deputado Federal, 1967-1969, AM, MDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, AM, PMDB. Senador (1995-2003). Ministro da Justiça do Brasil (1990).

⁸⁸ Cf. Art. 62 da Constituição Federal.

⁸⁹ V. MP em Dia - Boletim eletrônico que reúne informações sobre as Medidas Provisórias editadas pelo Poder Executivo. <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/mpemdia>>

⁹⁰ Art. 24 Regimento Interno da Constituinte. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembly-nacional/resolucao-2-1987>



E foi tão bom que se colocou no próprio texto constitucional a possibilidade da iniciativa popular. A Lei da Ficha Limpa⁹¹ foi de iniciativa popular! O primeiro projeto de iniciativa popular dizia respeito à moradia, tendo sido apresentado em janeiro de 1992 pelo Movimento Popular de Moradia⁹². Há esse projeto contra a corrupção, que entregaram aqui⁹³. A iniciativa do projeto de lei não fica mais restrita ao Deputado, ao Senador, ao Executivo ou ao Judiciário. O cidadão pode apresentar proposta, com algumas exigências, com algumas condições, mas ele pode apresentar. E, como eu disse, a proposta da ficha limpa virou lei, virou lei. Então, essa vinda aqui é salutar. Temos, se não me engano, quatro projetos de iniciativa popular que viraram lei⁹⁴.

23. Os grupos de pressão na Constituinte

Naquele momento aquilo era normal — eu enxergo como normal —, porque nós estávamos saindo, como eu mencionei, de um momento de fechamento. Estávamos recuperando as liberdades democráticas. Estávamos num momento de recuperação da democracia. Então, o próprio texto constitucional foi elaborado — e o Dr. Ulysses falou isso, é frase dele —, começando com o homem. Os primeiros artigos dizem respeito aos direitos humanos, aos direitos individuais, aos direitos coletivos, aos direitos sociais. Ou seja, a própria Constituição foi elaborada com base nesta prioridade: a sociedade e o homem, como dizia o Dr. Ulysses⁹⁵. E, quando se fala em sociedade, incluem-se os grupos sociais

Veja, como naquela hora dizer que não era razoável, correto, bom para o Constituinte receber esses grupos? Se podia haver sugestões populares, era só redigir a solicitação e mandar para cá?

⁹¹ Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2010/leicomplementar-135-4-junho-2010-606575-norma-pl.html>>

⁹² PL 2710/1992 Projeto de Lei transformado na Lei Ordinária 11124/2005.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18521>

⁹³ PL 4850/2016 Projeto de Lei. Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal. Autor Iniciativa Popular. Apresentação: 29/03/2016. Ementa: Estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

⁹⁴ As quatro leis são: LEI Nº 8.930, DE 6 DE SETEMBRO DE 1994. EMENTA: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Proposição Originária: PL 4146/1993.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8930-6-setembro-1994-322476-norma-pl.html>; LEI Nº 9.840, DE 28 DE SETEMBRO DE 1999. Lei da Corrupção Eleitoral; Lei de Compra de Voto. EMENTA: Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 ;- Código Eleitoral.

Proposição Originária: PL 1517/1999. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9840-28-setembro-1999-369164-norma-pl.html>; LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005 Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social EMENTA: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Proposição Originária: PL 2710/1992. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11124-16-junho-2005-537348-norma-pl.html>; Lei Complementar 135/2010: a Lei da Ficha Limpa.

⁹⁵ Cf. Ulysses Guimarães. Discurso na promulgação da Constituição.

<<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE/DR.-ULISSES-GUIMARAES.html>>



Não. Um grupo redigia a solicitação popular e se fazia presente para defender pessoalmente aquela solicitação. Então, a vinda ao Congresso, na Constituinte, desses setores, dos grupos, das entidades sindicais e patronais foi, na minha visão, amplamente salutar. Eles eram ouvidos. As manifestações eram as mais diversas e das mais diversas formas. Às vezes, eram conversas; às vezes, eram presenças físicas; às vezes, eram aplausos numa sessão; às vezes, era um movimento próprio, como o dos índios, que estiveram aqui um dia vestidos a caráter e tudo o mais — a caráter, que eu digo, é como se vestem os índios —, para manifestar as suas posições. Então, professores, Forças Armadas, Ministério Público, juízes. O capítulo do Ministério Público, com essa força, foi aprovado nessa Constituinte.

Vejo que essa vinda, esse fluxo da sociedade, das pessoas, dos grupos sociais ao Congresso foi salutar — foi salutar. Às vezes, isso leva a alguns embates, e alguns momentos de dificuldades, isso faz parte. Por exemplo, houve um anteprojeto na Constituinte — e acho que foi na área da Educação — cujo texto final a Subcomissão não conseguiu votar⁹⁶. Por quê? Por que o Constituinte não queria? Não! Eu me lembro bem de muita gente nas cadeiras do auditório Nereu Ramos — e a última reunião foi lá — manifestando-se contra. Ou seja, esse texto não logrou a aprovação no âmbito da Subcomissão. Mas, pararam com os trabalhos? Não. Acharam a solução de imediato? Não. Vamos passar adiante, para a Comissão temática. O Dr. Ulysses tinha pressa, os prazos tinham que ser cumpridos, então passamos adiante: ficamos sem o anteprojeto, e a Comissão temática elaborou o projeto. Mas a vinda das pessoas aqui foi um momento bonito, foi um momento emocionante, foi um momento muito legal.

24. A mídia e a Constituinte

A mídia tratou muito bem a Constituinte. A própria mídia estava também nesse contexto de entusiasmo, de renovação da democracia, da recuperação. É bom mencionar que nós estávamos saindo do regime que havia censurado a mídia. Havia censura prévia! A própria mídia também estava engajada nesse movimento. Os jornalistas cobriam aqui direto todo o tempo; a EBC, antiga Radiobrás, tinha um canal que ficava direto aqui; parece que havia o Diário da Constituinte⁹⁷; os jornalistas cobriam tudo direto da Câmara. A mídia participou com tanto entusiasmo que houve um momento que mais me emocionou, de outros que me emocionaram: na última votação da redação final, em plenário, o Dr. Ulysses disse emocionado: *“Chegamos!”* É como se disséssemos assim: *“Graças a Deus, chegamos! Graças a Deus, chegamos! Chegamos! Chegamos!”* É como se tivessem

⁹⁶ Por um lapso, Mozart Vianna se refere à subcomissão, quando, na realidade, o impasse se deu na Comissão VIII - Da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não conseguiu produzir seu anteprojeto. V.

<<http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-206.pdf>>

⁹⁷ O Diário da Constituinte era um programa de TV produzido pelo Congresso Nacional e distribuído pela EBC para ser divulgado diariamente nas TVs comerciais. V. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/programas-radio-tv-sobre-a-constituicao>



dúvida se poderiam chegar. E, naquele momento, no Plenário — olha, fico arrepiado até agora, te juro, só de me lembrar da cena —, houve uma chuva de papel picado. O papel não estava picado certinho, não. Eram papéis que os próprios jornalistas que estavam na galeria picaram, cortaram, rasgaram em muitos pedacinhos e jogaram lá embaixo⁹⁸. É como se fosse uma confraternização por aquele momento. A mídia fez uma brilhante cobertura jornalística de todos os trabalhos da Constituinte.

Claro que a mídia também acompanhou de perto como qualquer setor, como acabamos de dizer os setores sindicais, patronais, e outros setores organizados. É claro que a mídia se fez presente para defender os interesses, para regular a questão de como seria tratada a liberdade de imprensa, das comunicações. Isso tinha que ser colocado. A mídia tinha que olhar aquilo que lhe era importante. Então, os jornalistas estavam aqui, fizeram-se presentes, participaram, havia entusiasmo, acompanharam as reuniões das Comissões, das Comissões temáticas, das sessões plenárias, também ficavam aqui até de madrugada. Foi uma cobertura *full time*.

25. As alterações últimas do texto constitucional e o exemplo da Ficha Limpa

A redação final já chegou a SGM pronta da Comissão. Eu acho que o pessoal que assessorava o relator geral e a Comissão de Sistematização colaborou com o relator na elaboração do texto final. A redação final é de responsabilidade do relator que a elabora e a leva ao plenário da Comissão para ser votada e, em seguida ao plenário da Assembleia Constituinte.

A redação final também é votada. Ou seja, mesmo que, depois de votada, ao se fazer a redação final, tenha-se alterado alguma coisa, e alguém esteja reclamando, se ficou pronto dali em diante, não cabe mais. A redação final foi a voto. A última votação do Plenário foi sobre a redação final. Inclusive, houve destaques. Quem discordou de parte da redação final poderia destacá-la para votar separadamente.

De uma coisa eu tenho certeza absoluta: o que foi promulgado em 1988 foi o texto votado em plenário como redação final. Votou-se o texto global, e algumas partes foram destacadas e votadas separadamente. O texto, uma vez liberado pela Comissão, tinha a versão final colocada no computador pelo PRODASEN. Na hora em que o texto era finalizado, ia para a publicação na gráfica do Senado. Essa matéria é tão importante que me parece que o próprio Bernardo Cabral, o Relator-Geral, atuou na parte da redação final também. Ele e o Jobim, parece-me.

Qualquer texto votado, ainda mais com a tal fusão, que é feita em cima da hora, às vezes, na pressa, o texto sai incorreto, do ponto de vista da redação de uma palavra, de parte de uma concordância verbal, uma concordância nominal. Por exemplo, imaginemos que haja uma concordância equivocada, com o artigo no singular e o substantivo no plural. Está claro que tem que ser corrigido. Está errado. Deve-se ver qual foi a intenção do legislador, e se pode fazer a correção,

⁹⁸ V. Constituinte termina com emoção.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/105096/1988_01%20a%2005%20de%20Setembro_%20114.pdf?sequence=1>



que seria na língua portuguesa. Na língua portuguesa qualquer um pode fazer correção. E a redação final passa por esse crivo também.

No caso da Ficha Limpa, há um exemplo que não tem nada a ver com a Constituinte, mas posso narrar esse fato para você sobre o projeto da Ficha Limpa. O texto que veio para a Câmara dizia: “São *inelegíveis*: a) os que forem punidos tal, tal, tal”. Em outro inciso dizia: “...os que tenham sido”. Há claramente uma imprecisão relativa à língua portuguesa. Um remete ao futuro “os que forem”; outro remete ao passado “os que tenham sido”. Era matéria votada. Qual foi a intenção do legislador? Era tudo no futuro ou tudo no passado?

Detectamos isso aqui. O nosso pessoal da área jurídica, muito corretamente, é bom que se diga, veio a mim para falar: “Mozart, não dá. O pessoal da redação final tem que unificar. Como é que pode um artigo ter dois tempos verbais, um remetendo ao futuro e outro ao passado? Tem que unificar o tempo verbal da língua portuguesa”. Faz sentido. Talvez, se Celso Cunha estivesse aqui, teria dado essa opinião para unificar o tempo verbal.

Mas e aí, vamos unificar para onde? Vamos deixar tudo no futuro ou tudo no passado? Aí alguém me deu o seguinte argumento: “Como se trata de lei, a lei não pode retroagir para punir. Então, vamos deixar tudo no futuro”. Eu é que falei: “Politicamente, há um problema. Como a matéria já está votada dessa forma, tirar o que remete ao passado vai parecer que se está querendo beneficiar quem tenha cometido algum crime no passado. Então, é melhor a Câmara mandar para o Senado como foi votado, com os dois tempos verbais, alertando o Senado para esse problema, porque lá os Senadores ainda poderiam olhar no âmbito do mesmo Poder, no âmbito do Senado, das Comissões do Senado, do Plenário do Senado.”

Parece-me que o Senado fez a correção lá no Plenário, passando pelas Comissões, etc., e optou por uma saída que me parece que foi colocar tudo para o futuro, atendendo aos aspectos da língua portuguesa. No entanto, houve críticas. Vi no jornal dizerem que fizeram isso para beneficiar, quando não. A intenção do legislador era unificar o tempo verbal no mesmo artigo. E, para decidir entre passado e futuro, colocaram tudo no futuro, porque a lei não pode retroagir. Esse foi o argumento. Aí alguém pode falar assim: “Poxa, alteraram o texto da Lei da Ficha Limpa depois”. Ainda bem que o Senado alterou antes de votar. Mas suponhamos que alguém fizesse isso depois de votado? É que eu não quis fazer aqui, porque aqui já tinha sido votado. Quer dizer, a própria redação da lei pode trazer alguns pontos não muitos claros depois de votada. E aí tem que se corrigir, e a correção pode ensejar a seguinte leitura: “Ah, essa correção leva para outro campo, para outro lugar, para outro lado”. Percebeu?

Na feitura da lei, é muito importante não só o seu conteúdo, mas também a forma como ela é expressa, como é redigida. Isso é fundamental, porque uma lei imprecisa gera seguramente inúmeras ações judiciais. A lei está correta ou não está? Essa aplicação está certa ou está errada? Veja, uma vírgula pode alterar o sentido de um texto.



Não sei como ele aguentava. Com aquela idade, ele pilotava as reuniões de Líderes, atendia pessoas o dia inteiro, presidia todas as sessões, não importando até que horas as sessões iam. Tinha uma energia!

Para ter essa energia, só havia uma explicação: justamente a vontade democrática do Dr. Ulysses. Ele via que aquele era um momento importante para o Brasil, com a retomada do processo democrático, a recuperação das liberdades democráticas, tanto é que, na Constituição promulgada, antes da primeira obrigação, há um prefácio — lá ele coloca todas as razões⁹⁹. Ele fez daquilo a vida dele naquele momento.

III. A elaboração administrativa da Constituinte

27. O convite para supervisionar o Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte.

A Câmara tinha um Secretário-Geral muito competente, o Dr. Paulo Afonso, que fez um trabalho fantástico. Normalmente, aprovado um projeto em plenário, ele pegava o avulso do projeto, registrava quais emendas haviam sido aprovadas, se havia sido mantido o texto inicial ou aprovado um substitutivo e mandava isso para a Comissão de Redação. Lá, o secretário e os assessores ficavam incumbidos de preparar a redação final.

Não me contentava em esperar esse despacho chegar lá. O que fazia? Pegava o avulso da Ordem do Dia de manhã cedo — a sessão seria à tarde —, verificava quais matérias estavam na pauta e ia até a Coordenação de Comissões Permanentes, chefiada pela Margarida¹⁰⁰, uma funcionária que fez um trabalho fantástico nessa Coordenação, pegava a pasta, o processado, o material. Lá estavam os pareceres; lá estavam os avulsos e os pareceres de várias Comissões, as emendas, tudo. Eu já analisava o avulso da Ordem do Dia, com a matéria. À tarde, na hora de a matéria ir a votos em plenário, ligava o alto-falante da minha sala e ficava ouvindo a Ordem do Dia. Quando a matéria era submetida a votos, estava acompanhando e já estava a par do que estava acontecendo. Foi ali que aprendi processo legislativo. Eu tinha as emendas e o processado, analisava tudo, ouvia a sessão. Aprendi muita coisa do processo legislativo.

Eu tinha uma interlocução muito próxima com o Secretário-Geral, porque era ele quem mandava o material para a Comissão e era para ele que devolvia a redação final assinada. Quando veio a Constituinte, a ideia era que a Câmara e o Senado continuassem funcionando nas matérias de sua competência e que a Assembleia Nacional Constituinte funcionasse em paralelo. Naquele momento inicial, o Dr. Paulo Afonso falou assim: *“Mozart, eu tenho aqui um grupo muito bom, que me assessora — o Clodoaldo Abreu da Silveira era Coordenador —, e quero que continue assim, porque*

⁹⁹ Trata-se do texto “Constituição Coragem” que acompanhou os vinte e cinco mil primeiros exemplares da Constituição Federal editados pelo Centro Gráfico, como uma espécie de prefácio. O texto foi posteriormente excluído das demais edições sob o argumento de não fazer parte efetiva do texto constitucional e não ter sido votado. Cf. Lima, João Alberto de Oliveira et al. **A gênese do texto da Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 2 v.

¹⁰⁰ Margarida Maria Queiroz Oliveira Cabral



a Câmara vai continuar funcionando. Eu quero tê-los comigo me assessorando na parte da Câmara e quero montar um grupo para me ajudar na parte da Constituinte”. Ele me pediu que coordenasse para ele esse grupo, tanto é que a Secretaria da Câmara ficava onde é hoje, ali embaixo do plenário, e nosso grupo de trabalho ficava no final do Anexo II, na última sala do Anexo II.

28. A montagem do Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte.

Nós montamos esse grupo de trabalho, com cerca de 90 pessoas. Era um grupo formado basicamente por servidores da Coordenação de Comissões Permanentes e do Centro de Documentação e Informação. Eu fazia os convites a pessoas que eu conhecia. Havia pessoas-chave que me ajudavam a chamar outras pessoas também, que elas conheciam, para trabalhar nesse grupo. Às vezes, os próprios colegas indicavam outros também. Eu sabia da competência, da vontade de trabalhar do grupo.

Para quem participava do grupo, havia um acréscimo no salário, mas não era hora extra. Era um valor fixo, que não era lá muita coisa. Se fosse hora extra — meu Deus do céu! —, nós viramos noites, finais de semana trabalhando. As pessoas não estavam preocupadas muito com isso. O fundamental nessa hora foi o momento histórico. Todo mundo tinha consciência do momento histórico importante. Estávamos saindo de um regime de força, regime militar, e o País estava recuperando as liberdades democráticas. Havia um entusiasmo geral no País com a Assembleia Nacional Constituinte. Os servidores vinham trabalhar também por essa vontade, por esse entusiasmo cívico de poder participar daquele momento.

O Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte fez um trabalho fantástico. Eram pessoas da mais alta competência que atuaram juntos. O Centro de Documentação e Informação da Câmara teve uma atuação muito importante, visível, competente nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Um exemplo é o índice temático, uma coisa que me impressionou. Esse índice foi feito pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara. Eu fiquei admiradíssimo. Por que fiquei admirado? Para fazer um índice temático, é preciso compreender o que propõe cada dispositivo, entender a ideia ali proposta e dali tirar as palavras principais, com capacidade de síntese, para colocar naquele índice. Isso exigia um conhecimento fantástico. O nosso grupo de trabalho do Centro de Documentação e Informação tem esse crédito. A Vilma Bilibio¹⁰¹ e seu grupo leram, estudaram o texto da nova Constituição e elaboraram um índice perfeito. Eu estava lá, acompanhei. Eles fizeram para o Dr. Paulo Afonso e para o Dr. Ulysses esse índice, e o fizeram num tempo recorde. É um trabalho muito, muito bom.

29. A seleção dos secretários de comissão

¹⁰¹ Vilma Cezarina Vieira Bilibio Pasqua.



O Dr. Paulo Afonso, para a Comissão de Sistematização, escolheu a Maria Laura¹⁰². Fiz algumas sugestões para as subcomissões. Não lembro com toda a certeza, mas há outros casos em que também sugerimos. Não só nós sugeríamos, mas também outras pessoas. O próprio Clodoaldo sugeria, com certeza. Havia essa interação o tempo todo. Eram pessoas que conhecíamos do trabalho normal. Lembro-me do Rui¹⁰³, da Comissão de Justiça, do Carlinhos Brasil¹⁰⁴, da Rejane¹⁰⁵, da Maria Linda¹⁰⁶. Esse pessoal era parte da equipe.

Por exemplo: o Diretor do Departamento de Comissões era o Carlos Brasil. Ele era um funcionário técnico de primeira linha também e coordenou isso. Ele fez um trabalho muito bom na parte que diz respeito às Comissões e às Subcomissões. Até na indicação das pessoas ele ajudou. Lembro do Carlos Brasil ajudando até na análise de um dos textos aprovados.

Era muito trabalho. Todo mundo sabia que era muito trabalho. Havia esse outro lado de trabalhar muito e tudo o mais. Eram oito comissões temáticas, cada uma com três subcomissões e ainda a Comissão de Sistematização. E ao final as votações em Plenário, sem falar que cada Comissão e suas subcomissões tinham um secretário e uma equipe ajudando, para tocar adiante o expediente daquela Subcomissão Temática. *“Hoje vai ter a reunião da sua Comissão Temática, da Subcomissão do Poder Legislativo. Quem vai ser convidado para a audiência? Como vai ser publicado isso? Como é que isso vai ser mandado para a Comissão?”*

Tivemos que formar um grupo até de ocasião. Na fase das emendas populares, tivemos que formar correndo um grupo para receber as emendas populares e analisá-las. No meio do caminho, quando abriram o prazo para novas emendas, tivemos que refazer o grupo para analisar as novas emendas. Era uma coisa muito dinâmica, não era um grupo formado que ficava praticamente cristalizado daquela forma. Ele mudava muito, porque os trabalhos mudavam de um momento para outro. Havia trabalhos que não pensávamos que fosse acontecer, mas aconteciam, e tínhamos que correr atrás.

30. A preparação dos servidores

Houve uma reunião prévia, eu me lembro, em novembro de 1986. O Dr. Paulo Afonso comandou a reunião e junto com o Dr. Hélio Dutra nos falaram da tarefa que nós iríamos enfrentar, do funcionamento do grupo que iríamos coordenar com ele e tudo o mais. Mas não dava para adiantar muita coisa. Ele disse que, à medida do possível, o trabalho iria surgindo, que não sabia exatamente como seria, que tudo dependeria até do Regimento da Constituinte. Não tínhamos noção de como a Constituinte funcionaria, porque tudo dependeria do Regimento que seria aprovado na

¹⁰² Maria Laura Coutinho

¹⁰³ Ruy Omar Prudencio da Silva.

¹⁰⁴ Carlos Brasil de Araújo

¹⁰⁵ Rejane Salete Marques.

¹⁰⁶ Maria Linda Moraes de Magalhães.



própria Constituinte. O Regimento foi aprovado entre março e abril de 1987¹⁰⁷. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso foi Relator.

31. O trabalho na comissão do regimento

Nessa comissão, eu coordenei o trabalho de assessoramento. Não tenho formação jurídica. Não tenho competência para dizer que esse artigo, que essa redação, que esse conteúdo trata disso ou daquilo. Não tenho competência para isso. A minha parte é mais redacional, a de montar o que já foi votado, o que já foi decidido pelos constituintes em Plenário. Nesse trabalho na comissão de regimento, eu coordenei um grupo. Trouxe consultores que entendiam do conteúdo para atuar junto conosco. Para fazer a parte redacional, é preciso entender o conteúdo, como no caso da dúvida de que falei. A Consultoria Legislativa, à frente os Drs. Anderson, Célio¹⁰⁸ e Vandir e um grupo da Secretaria-Geral ajudaram. Formamos um grupo de trabalho. E esse grupo de trabalho que vinha atuando, do pessoal da Biblioteca e do CEDI, também atuou junto.

Um fato interessante: nesse Regimento, eu ajudei o Fernando Henrique, e o Dr. Paulo Afonso me havia pedido para eu acompanhar a parte de redação final. E o fiz muitas vezes recorrendo à prestimosa orientação do Dr. Eduardo Jorge¹⁰⁹, assessor do Senador. Num dos textos finais, ficou uma dúvida. O Ministro Jobim ficou na dúvida. Aliás, nós é que tivemos a dúvida de qual texto deveria ficar, porque a redação estava imprecisa. Nós montamos a redação final para levar para ele. Mas, na fase de montagem, surgiu uma dúvida sobre um dispositivo lá. Nós, assessores, não sabíamos mesmo o que aquilo queria dizer, podendo o texto votado propiciar duas leituras. Eu fui ao Fernando Henrique e disse isso para ele. E ele chamou o Deputado Nelson Jobim e disse: *“Nelson, eu tenho uma dúvida neste texto. O Mozart me trouxe isto aqui que eles levantaram”*. Você não vai acreditar, mas o Nelson Jobim resolveu essa dúvida de texto usando lógica matemática. Naquela época, lógica matemática nem era divulgada. Ele é craque em lógica matemática. Eu não sabia que lógica matemática podia ajudar a resolver uma questão redacional, mas ele a resolveu, usando-a.

32. A divisão dos trabalhos na SGM

O Dr. Paulo Afonso ficou com a parte política e com o comando da parte administrativa, porque ele direcionava. Ele é que dizia: *“Mozart, precisamos fazer isso, precisamos fazer aquilo. Meu prazo é esse.”* A demanda era dele, basicamente. Ele ficou com a parte política, com o Dr. Ulysses, e também com a parte de gerenciar. Eu fiquei com a coordenação do grupo de trabalho e me reportava ao Dr. Paulo Afonso. Eu coordenava a execução do trabalho, o levar adiante. O Paulo Afonso dizia: *“Mozart, o prazo para recebermos a sugestão popular vai ser tal dia. Precisamos formar um grupo que analise as sugestões para vermos para qual Subcomissão vai.”* *“Entrou uma sugestão popular*

¹⁰⁷ O regimento foi aprovado em 19 de março de 1987. < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento_interno_anc >

¹⁰⁸ Celio de Souza.

¹⁰⁹ Eduardo Jorge Caldas Pereira.



que diz respeito a parlamentarismo. Para qual Subcomissão vou mandar isso?” Então, havia um grupo que analisava isso. E coordenava o grupo que mandava às Subcomissões. O Paulo Afonso também dizia assim: “Mozart, precisamos formar um grupo para isso.” Houve uma interação constante, não houve um trabalho isolado. O meu trabalho era feito para o Dr. Paulo Afonso e para o Dr. Hélio Dutra.

Em muita coisa o pessoal da Mesa da Câmara também ajudava, aqui e acolá, sem falar que havia uma pessoa muito importante na Secretaria da Câmara, que era o Clodoaldo Abreu da Silveira. Ele tinha uma interlocução direta com o Paulo Afonso há muitos anos, tinha o conhecimento de toda a Casa. Seguramente, até sem minha presença, ele deve ter ajudado o Paulo Afonso nessa relação, nesse relacionamento, nessa condução dos trabalhos com os Constituintes, porque a Mesa da Câmara não ficou inteiramente fora dos trabalhos. Na questão de publicações, na questão de atas e de sumários, eles atuaram com certeza. O Clodoaldo também era craque em Regimento. Ele sabia tudo sobre o Regimento da Câmara. Então, seguramente ele deve ter colaborado com o Dr. Paulo Afonso na análise de questões regimentais, porque havia muitas questões regimentais que o Dr. Paulo Afonso levava e de que eu não participava. Eu não tinha participação nas decisões, nas questões e nas dúvidas regimentais.

33. O ritmo de trabalho na Constituinte

A interlocução do Dr. Ulysses era com o Dr. Paulo Afonso, com o Dr. Hélio Dutra e com os Deputados, mas a intenção do Dr. Ulysses era terminar o texto constitucional num ano só, em 1987. Em face disso, ele queria tudo funcionando rapidamente. Imagine o que é elaborar um texto constitucional — com sugestões populares, os pareceres, com as votações, as matérias, as emendas, as publicações, as análises — para os Relatores, para os consultores que auxiliavam os Relatores nas matérias. Aquele era um mundo de trabalho; era um trabalho descomunal. Só um dia normal de trabalho não era suficiente. Nós ficávamos aqui até tarde da noite. Muitas vezes, virávamos a noite, sem falar nos finais de semana. Foram vários finais de semana trabalhando duro aqui. O Dr. Ulysses dizia: “*Tal relatório saiu publicado hoje, sexta-feira, e tem que estar pronto segunda-feira de manhã*”. Então, tínhamos que trabalhar no final de semana, não havia outro jeito. O volume de trabalho era muito grande, mas o fazíamos com muito entusiasmo. Todo mundo estava com entusiasmo cívico. Aliás, houve um recorde: em abril de 1987, depois de trabalhar sábado e domingo, cheguei aqui com o grupo de trabalho segunda-feira, às nove horas da manhã, viramos a noite; na terça-feira, trabalhamos o dia inteiro, viramos a noite; fomos dormir de quarta para quinta às quatro horas ou cinco horas da manhã. Isso foi na etapa final das sugestões populares. Foram três dias e três noites indormidas. Isso mostra a competência, a dedicação do corpo funcional da Câmara, especialmente naquela época.

34. O trabalho do Senado Federal



Os funcionários do Senado atuaram muito também. A Secretaria-Geral do Senado trabalhou muito, assim como o Prodasen. O Sergio Otero¹¹⁰ era o Diretor do Prodasen, onde havia técnicos competentes, como o Cristovão¹¹¹ e outros mais. O Prodasen também virava a noite, porque o Dr. Ulysses tinha pressa. Lembro de umas minutadas da Comissão de Sistematização, que mandávamos para eles imprimirem lá e colocarem no sistema. Um desses textos foi para lá no início da noite, e o Dr. Ulysses disse: *“Mozart, quando o texto ficar pronto, eu quero recebê-lo”*. Fiquei até na dúvida: *“Será que ele vai ficar acordado?”* Às duas horas da manhã, ele me telefonou: *“Mozart, o texto está pronto?”* Não tinha ficado pronto ainda. Ele me ligou às duas horas da manhã, e fui levar o texto para ele às três horas ou às quatro horas da manhã, e ele estava acordado. Era o Prodasen que muitas vezes materializava esses textos. Às vezes, o texto tal, com tais emendas, com tais alterações, era montado lá no Prodasen.

Eu mencionei aqui o Prodasen, a Secretaria-Geral do Senado. A Gráfica que atende a Câmara e o Senado é a Gráfica do Senado. Todos os textos eram impressos lá. O Prodasen editava o texto, as versões, as alterações, mas a impressão era feita na Gráfica do Senado. Esse pessoal, muito competente, estava presente o tempo todo.

Creio também que muitos servidores atuaram assessorando os Senadores Constituintes. Havia deputados e havia senadores constituintes. Vou dar um exemplo: o Fernando Henrique era Senador e cuidou do Regimento Interno. Atuei muito em conjunto. Nós interagimos muito com um assessor do Fernando Henrique, o Eduardo Jorge, que foi servidor do Senado muitos anos, um servidor muito competente, que inclusive acompanhou o Fernando Henrique também na Presidência da República. Quer dizer, que não se pense que o pessoal do Senado ficou afastado. Eles atuaram. Não atuaram apenas no local do trabalho a ser feito, pode ser que haja trabalho de outra natureza, mas seguramente atuaram junto aos senadores. Se os senadores tivessem uma dúvida, quem iriam demandar? Iriam demandar um servidor da Câmara? Iriam demandar prioritariamente a servidores do Senado, é lógico. *“Eduardo, vê isso aqui e tudo o mais”*. Então, tenho certeza de que atuaram, e atuaram muito.

35. A atuação do Secretário-Geral Paulo Afonso Martins de Oliveira

Durante o período de trabalho, como falei com vocês, foram inúmeros fins de semana de trabalho, não tínhamos horário. Esse crédito quero dar não só a mim, como assessor do Secretário-Geral. O Dr. Paulo Afonso fez um trabalho fantástico, magnífico. Ele trabalhava sábado, domingo, sempre atendia todo mundo, sempre bem-intencionado. Ele era corretíssimo. Esse texto constitucional deve muito também ao extraordinário trabalho feito pelo Dr. Paulo Afonso, como Secretário-Geral da Mesa. Eu era apenas seu assessor.

O Secretário-Geral era o Dr. Paulo Afonso. Ele resolvia as questões. Eu ficava mais na parte de execução, de operacionalização. Na Constituinte, quem tinha o comando, quem decidia as

¹¹⁰ Sergio Otero Ribeiro.

¹¹¹ Cristovão Araújo Costa.



questões, quem antecipava, pensava, era o Dr. Paulo Afonso, que era o Secretário-Geral. Eu fazia o trabalho para ele, uma parte mais operacional, de organizar a sequência do trabalho, a execução do trabalho. A parte de tentar antecipar, de tentar antever ficava mais por conta dele. Aliás, ele fez isso com maestria. Aprendi muito com ele.

Então, o comando foi todo do Dr. Paulo Afonso na Constituinte. Ele trabalhou muito, a ponto de, no intervalo, no final de 1987, ter tido também um probleminha de saúde rápido e precisou tirar uma licença de alguns dias para descansar, tamanha a pressão que havia do trabalho.

36. Os convidados nas comissões e os assessores externos

Assim como houve a ideia, antes da Constituinte, de chamar um grupo de notáveis — chamados de notáveis — juristas para se reunir e oferecer uma sugestão, durante a Constituinte convidou-se especialistas em determinados temas para falar. Aliás, havia reuniões de audiências, como até hoje existe — o Congresso é para isso, não é? — existem as chamadas reuniões de audiências públicas. Chama-se alguém especialista na área para falar sobre aquele assunto. “*A Comissão de Trabalho está tratando desse assunto. Tal estudioso é especialista nisso. Vamos ouvi-lo sobre isso*”. Ou seja, é uma colaboração.

Havia os assessores da Câmara e do Senado os externos. Ajuda nunca é demais. Para elaborar um novo texto constitucional, embora os assessores da Casa pudessem assessorar suficientemente — e eu sei que poderiam —, nada impede que surgisse uma ajuda de fora com uma ideia nova ou uma proposta, às vezes, até repetida. Isso tem a ver até, como eu disse, com aquela efervescência cívica. Na Constituinte, andavam pelo Salão Verde cerca de 10 mil pessoas a mais por dia. Quer dizer, as pessoas tinham acesso aos Relatores, às Comissões.

Eu me lembro até hoje de uma reunião de um grupo indígena vestido com trajes indígenas, com o Cacique Juruna na frente, junto deles. Eles batiam aqui e entoavam um cântico indígena em uma das Comissões¹¹². Ou seja, eles podiam vir tanto informalmente quanto para comparecer a uma Comissão ou como convidados. Imaginem: se algum especialista quisesse dar uma sugestão e dissesse: “*Senador, Deputado, eu tenho uma ideia sobre isso. O senhor me recebe?*” “*Ah! Venha aqui*”. Eu não vejo problemas.

O momento era de união, de conformação, de todos buscando o mesmo objetivo, para restabelecer no País as liberdades democráticas e para dotá-lo de uma Assembleia Constituinte livre e soberana e de um novo texto constitucional que refletisse a democracia plena. Eu acho que era isso.

Parte dessa democracia eu acho que tem a ver também com essa demanda. A demanda era incrível! Havia demanda nas Lideranças, no gabinete do Presidente. O Dr. Ulysses recebia grupo de pessoas também que entregava documento a ele. Às vezes, um documento era entregue lá, eles o

¹¹² Fato ocorrido na 3ª reunião de audiência pública realizada pela Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minoria em 22/4/1987.



analisavam e diziam que tinha a ver com tal Subcomissão. E eles o enviavam como um documento para ser analisado. Isso faz parte. E digo que foi altamente salutar.

37. A recepção das sugestões populares

Nosso grupo ficou responsável pelas sugestões populares. O que aconteceu com essas sugestões populares? Em alguns casos, numa cerimônia, as sugestões populares eram entregues diretamente, no Salão Verde, ao Dr. Ulysses. Muitas sugestões populares eram entregues diretamente lá. De qualquer forma, havia, no Anexo II, um setor responsável para receber as sugestões populares, onde quer que elas chegassem.

Havia um grupo de trabalho para analisá-las. Aliás, foi nessas sugestões populares que trabalhei mais. Trabalhei três dias seguidos. Trabalhei no sábado e no domingo. Depois, cheguei aqui numa segunda de manhã e fui dormir só na quinta de manhã. A maior parte das sugestões chegou mais no final do prazo. O pessoal ficou virando a noite para ler as sugestões, para ler e interpretar para qual Subcomissão deveriam ser distribuídas as sugestões. Isso implicava ler tudo — ler, analisar e preparar o despacho para a Subcomissão correspondente. Havia um setor no Anexo II onde hoje estão as Comissões. Havia uma sala em cima. Onde hoje estão as Lideranças partidárias, havia a Coordenação de Comissões Permanentes. Havia uma sala grande lá. Então as pessoas recebiam por ali. Havia um grupo trabalhando ali.

Depois de serem organizadas, elas eram encaminhadas às Subcomissões que tinham a ver com a matéria. Faziam a distribuição, porque não se iria mandar para a Subcomissão de Poder Legislativo uma proposta que falasse de Imposto de Renda. Havia oito Comissões Temáticas, cada uma com três Subcomissões. Nós tínhamos, por exemplo, uma Comissão que tratava de tributos, de aspecto tributário, de sistema tributário¹¹³. Havia uma Comissão que cuidava disso. A sugestão que entrava tratando de sistema tributário ou de tributos ia para essas Subcomissões¹¹⁴ e depois subia para a Comissão Temática.

38. As planilhas de votação

Nós fazíamos uma planilha para cada sessão de votação, e a votação era por ordem de artigo. Nosso grupo montava a planilha, os consultores e assessores. Nessa parte, eu atuava muito próximo porque a supervisão era minha da planilha de votação em plenário. Eu entregava ao Dr. Paulo Afonso, que revisava — é bom que se diga. Às vezes, ele alterava. Havia planilha que o próprio Dr. Paulo Afonso fazia. Aquilo ia a voto.

Tínhamos um consultor da mais alta competência, um colega que depois trouxe para a Secretaria-Geral da Mesa, que atuou na confecção do Regimento Interno da Câmara e participou ativamente da confecção e acompanhamento dessas planilhas de votação, o Vandir. Ele ficava lá em

¹¹³ Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

¹¹⁴ Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas.



cima, no mezanino, onde ficam os repórteres, com uma planilha, anotando o resultado da votação, para liberar — todo mundo queria saber, a imprensa queria saber — o que foi votado naquele dia.

Havia também um setor na Câmara, a Coordenação de Comissões Permanentes, que até hoje existe, e é justamente para onde vão as proposições, para serem arquivadas, etc. Então, esse grupo em conjunto com a Consultoria Legislativa e com a biblioteca da Câmara colaborou e fez esse trabalho. Era o pessoal das Comissões que fazia isso. Quando eu falo Comissões, era um grupo só, digamos assim. O pessoal que veio do Centro de Documentação, da Biblioteca, fazia parte desse grupo. Era um grupo grande.

39. A supervisão do Grupo de Apoio aos Trabalhos da Constituinte

Para mim, era tudo novo. Era cristão novo. Eu mal estava na área de redação de uma Comissão que não era a mais importante, e, de repente, fui fazer um trabalho desse tamanho. Eu me lancei com muito entusiasmo, com muita vontade, com muita dedicação. Também estava imbuído daquele espírito cívico da renovação, da renovação das relações sociais e da relação do momento, da recuperação das liberdades democráticas. Vivi muito e acompanhei de perto aqui o Congresso fechado, mais de uma vez, mediante decreto publicado no Diário Oficial, quer dizer, a predominância de um poder sobre o outro. Acompanhei parlamentares sendo cassados mediante decreto publicado no Diário Oficial por razões meramente políticas. Presenciei medo também aqui, o medo daquele momento, naquele ambiente do Congresso Nacional. E agora não: o processo constituinte era um momento de explosão, de alegria, de contentamento. Confesso que também estava imbuído desse espírito.

Eu me senti muito orgulhoso, muito feliz pelo Dr. Paulo Afonso ter me pedido para fazer esse trabalho. Devo muito a ele, agradeço muito a oportunidade que ele me deu. Além de ter aprendido muito com ele, eu aprendi tudo com ele e ainda ele me deu essa oportunidade. Eu era uma pessoa que ele nem conhecia, não era do grupo dele.

40. A dedicação ao trabalho na Constituinte.

Quero, antes de mais nada, dividir o elogio por esse esforço — as pessoas falam que eu era uma sombra na Constituinte¹¹⁵ porque eu ficava mais visível. Era impossível, todavia, ser o esforço só de uma pessoa, ser só o meu esforço. Seguramente, inúmeros colegas servidores e assessores também se debruçaram muito, diversos dias e noites comigo, nesse esforço. Colegas do CEDI, DECOM, Diretoria Legislativa, Consultoria Legislativa, Diretoria-Geral, SGM e gabinetes parlamentares. Não atravessava a noite aqui sozinho. Não passava o final de semana aqui sozinho; um grupo estava aqui trabalhando. Não foi o Mozart, foi aquele grupo de apoio à Constituinte que trabalhou, e trabalhou muito. No Senado, a gráfica, o Prodasen e os gabinetes parlamentares

¹¹⁵ “Mozart foi considerado por muitos o funcionário que mais se desdobrou em suas tarefas, sem nunca dar mostras de cansaço ou desânimo” Valdira, Maria. Grande era a missão, maior o entusiasmo. **Jornal da Constituinte**, n. 63, 5 de outubro, Caderno 2, p. 10.



trabalhavam no final de semana para preparar os textos e tudo o mais. Não fui só eu que trabalhei. Tenho absoluta certeza em relação a isso.

Agora, realmente, esse fato aconteceu. Eu realmente me dediquei muito, inclusive nos finais de semana. Como eu falei, uma vez eu trabalhei um final de semana inteiro, sábado e domingo, depois entrei aqui na segunda-feira e fui dormir na quinta-feira pela manhã. A minha mulher foi muito compreensiva. O meu terceiro filho nasceu enquanto eu estava trabalhando aqui. Minha esposa dormiu no hospital, o meu irmão estava com ela lá, e, de manhã cedo, ele me ligou para dizer que o Diego havia nascido. Corri lá, e ele havia nascido havia 15 minutos. Fiquei lá 15 minutos, meia hora, e voltei correndo para cá.

É um depoimento pessoal que quero colocar para mostrar que somos seres humanos, é que hoje, às vezes, carrego até um pouco de culpa em relação a isso. Eu me dediquei muito, fiquei muito preso, deixei muita coisa da minha família de fora, deixei um pouco de lado certos momentos fundamentais, finais de semana ininterruptos, noites. Sem falar que, no dia a dia, muitas vezes almoçar nem pensar. As coisas de casa eu não tinha tempo para resolver. Aquela ação de família pensada, trabalhada, conversada, era quase impossível naquele ritmo. Só eventualmente dava, mas, em certos momentos, nem pensar. É uma culpa que carrego um pouco no meu íntimo.

Por outro lado, foi um momento histórico. Minha carreira foi nesse caminho, e eu também precisava do trabalho. Sempre trabalhei, vivi do meu trabalho, não poderia, por exemplo, dizer: *“Presidente, eu não venho trabalhar amanhã não, porque eu tenho que cuidar da casa”*. Era impossível! Não tinha como fazer isso, entendeu? Mas esse é um registro que eu faço.

41. A Câmara ontem e hoje

Eu acho que a Câmara continua fazendo o seu papel no âmbito de uma sociedade livre, num regime de democracia plena. Mas o funcionamento dentro desse contexto é claro que não é o mesmo, porque o funcionamento tem a ver com o momento político que vive o País. Não há como comparar o cenário, a ambiência da Câmara em 1987 e 1988, com a Constituinte, com o atual momento. De lá para cá, houve dificuldades, momentos muito bons e momentos de crise.

Neste momento, neste mês de outubro de 2017, o País está em crise, e a Câmara tem um papel fundamental e tem que se pronunciar sobre isso. Tem que se pronunciar. Há uma denúncia, e ela vai ter que se pronunciar na semana que vem¹¹⁶. Trata-se de matéria da mais alta importância, que está na Constituição. O Constituinte colocou essa responsabilidade para a Câmara resolver¹¹⁷. Mas como vai se resolver, quem apoia e quem não apoia, isso tem a ver com a própria composição

¹¹⁶ Denúncia contra o Presidente da República Michel Temer pelo Procurador-Geral da República Rodrigo Janot. V. “Chega à Câmara segunda denúncia contra Michel Temer”.

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/543296-CHEGA-A-CAMARA-SEGUNDA-DENUNCIA-CONTRA-MICHEL-TEMER.html>>

¹¹⁷ Art. 86 da Constituição Federal. V. “Constituição prevê regras em caso de denúncia contra o presidente da República” <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/536925-CONSTITUICAO-PREVE-REGRAS-EM-CASO-DE-DENUNCIA-CONTRA-O-PRESIDENTE-DA-REPUBLICA.html>>



da Casa. E a composição — o tamanho das bancadas, o tamanho dos partidos —, quem a define é a própria sociedade.

A comparação, acho eu, não pode ser em termos de melhor ou pior. A comparação tem a ver com o que aconteceu lá e o que aconteceu agora. São fatos diferentes, são momentos diferentes. Por quê? A sociedade passa por momentos diferentes também. A sociedade brasileira que funcionava em 1985 não é a mesma que funciona hoje. Isso repercute aqui dentro, repercute nas bancadas, repercute nos discursos no plenário, repercute nas ações parlamentares, nas iniciativas parlamentares. Na minha visão, tanto como ex-funcionário, como quem frequenta a Casa, a Câmara está funcionando muito bem. O Congresso continua funcionando muito bem. E espero que continue assim.

DADOS TÉCNICOS DA ENTREVISTA

- 1 Data: 20/10/2017
2. Local: Sala anexa ao Plenário da CD
3. Duração: 3h08min
4. N° do arquivo: E011
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo Cosson
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota
7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère (Produtora) Roberto Guery – (Cinegrafista) e Roberto Bispo (Assistente de cinegrafia)
8. Fotografia: Luis Macedo
9. Responsável pela transcrição: Detac
10. Data da transcrição: 20/11/2017
11. Responsável pela edição de texto: Rildo Cosson